



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa
Eláccio da Marta
Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 55 minutos.

Foram aprovadas, na generalidade, as propostas de lei n.º 08/XI/3.ª/2019 – Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2020 e n.º 09/XI/3.ª/2019 – Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2020. Fizeram o uso da palavra, a diversos títulos, o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Jorge Bom Jesus, os Srs. Ministros do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz), das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (Osvaldo Abreu), o Sr. Secretário de Estado para a Comunicação Social (Adelino Lucas), bem como os Srs. Deputados António Barros (MLSTP/PSD),

Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), José António Miguel (ADI), Hélder Joaquim (MLSTP/PSD), Ermindo Lourenço (MLSTP/PSD), Celmira Sacramento (ADI), Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD), Mário Rainho (ADI), André Ramos (ADI), Arlindo Ramos (ADI), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UUD), Beatriz Azevedo (MCI), Sebastião Pinheiro (ADI), Alda Ramos (ADI), Alexandre Guadalupe (ADI), Carlos Pinheiro (ADI), Bilaine Ceita (ADI), Martinho Domingos (ADI), Carlos Correia (ADI), Américo Pinto (MLSTP/PSD), Ekneide Santos (ADI), Arlindo Carvalho (PCD/MDFM-UDD) e Amaro Couto (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 15 horas.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 55 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
André Varela **Ramos**
Arlindo Quaresma dos **Santos**
Arlindo Ramos
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita** do Nascimento
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Carlos Manuel **Vila Nova**
Celmira de Almeida **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Ekneide Lima dos **Santos**
Idalécio Augusto **Quaresma**
Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
Mário Fernando de Jesus **Rainho**
Martinho da Trindade **Domingos**
Paulo Jorge Carvalho
Policarpo de **Oliveira**
Sebastião Lopes **Pinheiro**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo
 Adelino **Cruz José da** Costa
Amaro Pereira de **Couto**
Américo Cravid Pereira **Pinto**
António das Neves Sacramento **Barros**
Arlindo Barbosa Semedo
Aysa Fortes da **Silva**
Cílcio Sodjy da Vera Bandeira Pires dos **Santos**
Cristina Maria Fernandes **Dias**
Danilo Neves dos **Santos**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Elákcio Afonso **da Marta**
Ermindo José Lourenço
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D'Alva
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Hélder dos Santos Ceita **Joaquim**
José Rui Tavares Cardoso
Jaime Pires Sequeira de **Menezes**
Jerónimo Lima Pires **Quaresma**
Maiquel Jackson do **Espírito Santo**
Manuel Vicente
Paula Maria Fonseca **Tavares**
Raúl do Espírito Santo **Cardoso**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Arlindo Carvalho
Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Felisberto Fernandes **Afonso**
Jamiel Joana **Segunda**

Movimento de Cidadãos Independentes

Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Almerino Ferreira **Ribeiro**

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, com a verificação feita, confirma-se a presença de 51 Deputados na Sala.

Peço aos serviços para convidarem os membros do Governo, para ocuparem os seus devidos lugares.

Pausa para a entrada dos membros do Governo.

Bom dia, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para cumprimentar igualmente os Consultores da Assembleia Nacional, os Técnicos e Assessores aqui presentes, de igual modo o povo de São Tomé e Príncipe, de modo geral, em especial aos ouvintes e telespectadores que estão a seguir os nossos trabalhos.

Na sequência de ontem, o tempo distribuído para as respetivas bancadas é o mesmo da reunião de ontem. Nesta fase não há declarações políticas, nem assuntos prévios ao debate. Portanto, estão abertas as inscrições para a continuação dos nossos trabalhos.

Quero ainda informar que nós agendámos o debate para 2 dias, hoje será o último dia do debate na generalidade. Se não houver nenhum inscrito, passaremos às declarações dos grupos parlamentares e, por fim, à declaração do Sr. Primeiro-Ministro, para encerrar o debate, seguidamente à votação das propostas de leis.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, é no quadro da discussão deste Orçamento, que no fundo já foi dito que vai projectar um crescimento económico para 2020, que eu venho intervir, porque o crescimento económico implica a melhoria social das pessoas, e isto é bom. Venho apenas para indicar algumas medidas que, no meu ponto de vista, este Orçamento deve financiar, para que possamos ter um crescimento. Porque há coisas que travam o crescimento económico, não ajudam. Portanto, há uma situação que felizmente foi anunciada ontem, que a sua resolução é para breve, porque o horário de fornecimento de energia que temos na Região Autónoma do Príncipe é um obstáculo, praticamente para Região. E quando não há energia, não há serviços, nem público, nem privado, e isto não ajuda nada o crescimento.

Ontem, fiquei satisfeito ao ouvir o Sr. Ministro das Infra-estruturas a falar, e gostei de uma palavra que o mesmo usou em relação ao gerador. Disse que o gerador chega e de imediato vai ao Príncipe. Mas quero acrescentar mais: em princípio, a marca do gerador deve ser Caterpillar, não sei, mas vou pô-lo um nome, imediato. Não basta ele chegar, deve ir de imediato para o Príncipe. Tem que chegar e ir imediatamente para o Príncipe, imediatamente tem que ser montado, imediatamente tem que começar a fornecer energia. É por isso que eu o chamo de imediato. Portanto, antes do dia 24, esse gerador tem que estar na rede, porque só assim poderemos dar felicidade à população do Príncipe, nessa quadra festiva. Portanto, peço ao Governo que se empenhe nisso, se for necessário fretar um avião, que frete, se for necessário fretar um barco, que frete, mas o gerador tem que estar no Príncipe à hora certa e tem que começar a funcionar à hora certa. Isto é um problema.

Há uma outra questão também que felizmente não nos tem acontecido, mas que também é um atraso para o País, que é a questão do incêndio. As pessoas vão perdendo as suas casas. Portanto, no Príncipe, neste momento, se houver um incêndio de grande dimensão, se for uma zona de 100 casas, acabam todas, porque não temos uma viatura de bombeiro. Há uma lá parada, não funciona. Portanto, espero que neste Orçamento haja financiamento para, o mais urgentemente possível, enviar uma viatura de bombeiro para a Região Autónoma do Príncipe.

Por último, hoje fui ao mercado de manhã cedo, precisava de comprar uma coisa, encontrei lá uma situação que também não ajuda ao crescimento. Nós sabemos que o paludismo, por exemplo, é uma doença que trás enormes constrangimentos, sobretudo para o turismo. Nós estamos a apostar no turismo como fonte de receitas, fazemos campanhas para que as pessoas, em sua casa, não acumulem água e não deitem lixos, mas o que eu constatei à frente dos dois mercados é um problema de falta de viatura. Tem-se que investir na compra de viaturas para a recolha dos lixos que ali estão. Há água acumulada e tudo isso...

Uma voz: — Especialidade.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Há um deputado a dizer «especialidade», mas não estou a entrar em matéria de especialidade. Estou a referir-me a algumas medidas que têm que ser tomadas, para ajudar o crescimento económico. A eliminação do paludismo é uma medida para ajudar o crescimento económico. O paludismo é um obstáculo ao turismo.

Não estou a entrar na matéria da especialidade, é só para chamar atenção, para que haja uma atenção maior. Toda a gente que vai ao mercado vê como é que está a situação, muito lixo e água parada, e isso não é saudável.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, vou fazer algumas considerações, para dizer ao Governo que nunca é tarde e que tudo não pode ser impossível.

Sr. Primeiro-Ministro, vejo este Orçamento em duas vertentes, uma como sendo a alternativa do Governo e outra que é a continuidade do Estado que o Sr. Primeiro-Ministro prometeu, que é muito importante, porque qualquer governo que governe este País tão difícil, com dificuldades económicas, se não houver a continuidade, poderemos ter uma grande crise. A minha satisfação é que essa continuidade existe e é visível neste Orçamento. Eu peço saúde e felicidade para este Governo e para o povo de São Tomé e Príncipe.

Quero dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que vejo neste Orçamento uma fatia para a Agricultura, Pesca e Pecuária e gostaria de pedir que tome isso em consideração, porque temos quatro pilares fundamentais: Educação, Saúde, Infra-estrutura e a Agricultura, Pesca e Pecuária, que a alavanca deste País. Se a Agricultura, Pesca e Pecuária não estiver a funcionar, nenhum dos outros ministérios terá pernas para andar.

Quero que possamos garantir a produção e a produtividade.

Quero também pedir ao Sr. Primeiro-Ministro que mude de passo no ano de 2020. Que não tenhamos o mesmo passo de 2019, porque foi muito lento e não deixou rentabilidade para o País. O que o Governo usa para pagar os salários, tenho a plena certeza que não é suficiente. Se formos olhar para os valores das receitas, não entra nem a metade. Não quero ver o senhor só no gabinete! Ande para todos os cantos do País. Estamos à espera do senhor, principalmente no Distrito de Lembá, para fazermos uma presidência aberta, para saber como organizar aquele Distrito, porque queremos aumentar a produção e a produtividade, porque lá dependemos da agricultura, da pesca, da pecuária e do turismo. Portanto, queremos que o Governo faça estatísticas para sabermos quanto é que poderemos produzir localmente, quantas toneladas de fruta, banana, matabala, peixe e de outros produtos internos, pois somos capazes de produzir. Eu fui um dos jovens que, em 1975, trabalhava com esse programa, com estatísticas. Não podemos deixar que o produto produzido localmente seja mais caro que o produto importado. A política que queremos para alavancar a economia é aumentar a produção, para diminuir a importação. Isto é que é política, meus senhores!

Deposito a minha confiança neste Governo, quero que demos um passo em frente. O Governo pode contar com o meu voto e deve continuar a governar, fazer os 4 anos, para vermos o que vai fazer. Sei que este Governo vai trabalhar e deixar obras, para que um outro venha dar continuidade. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, quem está contra este Governo, está contra o País e este povo.

Sr. Ministro-Ministro, o povo está a pedir socorro, as dificuldades são tantas. Trabalhe directamente para esse povo, esses 80% do povo, a franja cristã que apostou neste Governo. Por amor de Deus, Sr. Primeiro-Ministro, não pare no gabinete! Ande por todo o espaço do País, para ver se podemos alavancar a nossa economia!

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, membros do Governo, bom dia.

Sr. Presidente, se tomo a palavra neste momento, é para repor aquilo que dissemos cá ontem.

Primeiro, que esta proposta das GOP é cópia da do passado, tudo o que está cá, nem se quer tiveram tempo de alterar. Por isso é que eu trouxe o documento, tenho cá as GOP de 2019 e as de 2020.

Outro especto tem a ver com o Programa de Investimento Público, as obras, os engajamentos. Dissemos aqui ontem que grande parte dos engajamentos que aparecem no Programa de Investimento Público foi engajamento do Governo anterior. Nós dissemos isso!

Por estranho que pareça, veio cá um membro do Governo, num tom de dar moral aos Deputados, tentando contrariar, mas não consegue contrariar os factos, as coisas estão escritas, podemos ver o Programa do Investimento Público.

Gostaria de dizer também ao membro do Governo que veio cá dar resposta, porque não nos permitiram reagir, mas estamos cá hoje para isto, para dizer que uma coisa é engajamento e outra coisa é assinatura do acordo. Temos muitas pessoas que foram membros do Governo, nunca fui, que sabem que o engajamento, até chegar à assinatura do acordo, leva algum tempo. Logo, estamos a falar de continuidade. Por isso, o Sr. Primeiro-Ministro veio cá, quando deu resposta às nossas intervenções, disse bem, reconheceu a continuidade do Estado. Por isso, não compreendi por quê que, num tom de dar moral aos Deputados, um membro do Governo veio contrariar exactamente aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro já tinha dito, o que já tinha assumido.

Por isso, eu gostaria de dizer às pessoas que só dá moral quem o tem. Se nós olharmos para o passado de uns e outros aqui, não vale a pena respondermos nada. Cada um sabe aquilo que fez, aquilo que tem estado a fazer e deve pensar muito bem antes de dar moral às pessoas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Joaquim.

O Sr. **Hélder Joaquim** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Caros Colegas Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, nesta minha intervenção, em primeiro lugar, quero retirar a confiança neste Governo...

Risos do ADI.

Murmúrios.

Vozes: — Reiterar.

O Sr. **Hélder Joaquim** (MLSTP/PSD): — Quero reiterar a minha confiança neste Governo. Em primeiro lugar, quero aqui dizer que este Governo está no bom caminho. Continue sempre fazendo e criando projectos, para alicerçar a base económica do País.

Quero também felicitar este Governo por ter lançado algumas obras importantes para a estruturação do País, principalmente algumas infra-estruturas que estão degradadas, como as obras de requalificação da marginal de São Tomé, das casas sociais, do aeroporto e também do porto de águas profundas.

Quero também felicitar o Governo por não ter ido ao Banco neste primeiro ano, para realizar o pagamento do salário dos funcionários públicos.

Concernente aos salários,...

Aplausos do MLSTP/PSD.

... quero aqui desafiar este Governo, porque é um Governo de tomada de medidas, para alicerçar as bases económicas do País.

Gostaria de perguntar ao Governo se vamos continuar a assistir à atribuição de salários chorudos nalgumas empresas públicas altamente falidas e que continuam a pagar grandes salários, quando sabemos que algumas pessoas que trabalham muito, como as empregadas de limpeza, os professores, os enfermeiros, que têm salários baixíssimos e pessoas de empresas altamente falidas com salário superior ao do Presidente da República, superior ao Primeiro-Ministro. Quero saber se este Governo tem qualquer medida para sanear essa injustiça salarial no País.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Ermindo José.

O Sr. **Ermindo Lourenço** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Srs. Deputados, a todos bom dia.

Venho para endereçar algumas palavras ao Governo e talvez contribuir um pouco, já que estamos na discussão do Orçamento.

Sr. Primeiro-Ministro, os brasileiros têm chamado Jorge Jesus de milagroso. Os são-tomenses, em 2014, viram um falso messias, nos prometendo Dubai, e o resultado, bye-bye São Tomé e Príncipe, afundámos. Como São Tomé e Príncipe é poderoso, foi-nos enviado, em 2018, um milagroso, Jorge Bom Jesus.

Ao tomar posse num Estado, numa profunda penúria, num estado catastrófico, mesmo não tendo uma varinha mágica, conseguiu grandes melhorias, que passo a citar: fornecimento substancial de energia, melhoramos muito.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Tomámos o País em luto, um apagão terrível. Mesmo não tendo recurso, mais de 2500 famílias foram beneficiadas, no âmbito do programa de família, uma conquista grande.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Conseguimos medicamentos e consumíveis para o Hospital.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Melhoria significativa, conquista de um Governo que pegou o País na miséria. Conseguimos enviar, ainda este ano, mais de 150 estudantes para formação.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Isto é uma melhoria! Honestamente, o meu senso de justiça, a movido pela máxima latina *suum cuique tribuere* ...

Risos gerais.

... sou obrigado a dar nota muito positiva a este Governo.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Murmúrios do Sr. Deputado José António Miguel (ADI).

Meu caro e estimado Sr. Deputado José António, não é preciso atrapalhar! Quando se fala dessas coisas, até parece que os Deputados do ADI...

Ruídos do ADI.

... atrapalham-se todos. Não estou a vos insultar. O que estou a querer dizer é que parece que não gostam quando se fala disso. Tenho grande estima...

Ruídos do ADI.

...a cópia que diz ser fiel do...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ermindo José, entra na discussão do OGE.

O Sr. **Ermindo Lourenço** (MLSTP/PSD): — Relativamente à cópia fiel do OGE, não poderia ser diferente, inclusive por uma questão de coerência. Se não se conseguiu executar pelo menos 50%, obviamente tem-se que dar uma continuidade e é o que o Governo está a fazer. Não conseguiram executar, então está-se a dar continuidade. É uma questão de coerência. Por isso, vamos aprovar este OGE.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra a Sra. Deputada Celmira Sacramento.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Não trago cá itens inscritos no OGE, mas já que estamos no quadro da discussão do Orçamento, trago algumas situações para a nossa reflexão.

Ao nível da saúde, sobretudo, sempre repiso, porque qualquer cidadão está sujeito a adoecer, não temos aviões na nossa pista, e mesmo qualquer um que pode sair do País por, tem que passar antes pelo único centro hospitalar que temos. Assim sendo, no quadro da visita conjunta realizada pelos Deputados da 3.ª, 4.ª e 5.ª Comissões ao centro hospitalar, constatou-se algumas precariedades.

Quando eu ouvia falar do aparelho do TAC, ficava muito satisfeita, porque demos algum passo na questão de saúde. Acontece, porém, que temos aí o aparelho sim senhora, mas não temos um especialista para traduzir a imagem produzida pelo aparelho. Já vamos há 44 anos independentes, evoluímos até a aquisição de um aparelho de TAC, mas infelizmente não temos quadros especializados nesta matéria. Posto isso, depois das imagens feitas, tem-se que enviar para o exterior, para a sua posterior leitura e análise.

Temos o aparelho de endoscopia, mas infelizmente a sonda não funciona. Não posso ficar indiferente em analisar aqui uma questão que aconteceu ultimamente no centro hospitalar, o falecimento de uma menor de 2 anos. Sem querer falar dos processos que levaram à morte da criança, quero dizer que o centro hospitalar não tem uma sonda pequena, uma coisa se calhar de 0,5 m, não sei, para tirar ou fazer sair uma moeda que a criança ou qualquer um pode ter ingerido, sem querer.

Concluindo e resumindo, por estes motivos, temos várias mortes, várias situações e temos que ver que a saúde não é qualquer coisa que a gente pode ir, de ânimo-leve, tentar resolver.

O sapateiro cose o sapato, o carpinteiro constrói uma habitação, o marceneiro constrói os móveis, o médico cuida do doente da sua especialidade. Não podemos fazer de conta.

Portanto, esta parte com relação à saúde fica, mas nós todos devemos fazer uma introspeção para ver que a coisa não está bem.

Ouvi cá ontem a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros dizer que conseguiu fazer diligências, conseguiu engajar alguns investimentos para o Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica (CACVD), é um caso que tende a aumentar. É para ficar muito feliz sim, mas gostaria que realmente a verba ora conseguida fosse mesmo direcionada para questões de violência doméstica, de abuso sexual de menores, de alojamento das vítimas de violência doméstica, porque nos fóruns em que tenho participado, São Tomé e Príncipe é um dos poucos países que ainda não tem um centro de abrigo para pessoas vítimas da violência doméstica, se quisermos, violência baseada no género. A vítima é ouvida, mas no final da história ela é conduzida de novo para a sua casa e vai lá conviver muitas vezes com o agressor.

Vozes: — *Ou agressora.*

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Concluindo e resumindo, ela pode até não denunciar a violência, com receio de posteriores situações que poderá viver.

Uma voz: — *Ele também.*

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Ele ou ela. Estamos a dizer que a violência não é só de um lado, mas vamos fechar a coisa mais para o lado da mulher, porque sabemos que quem apanha mais são as mulheres, mas realmente...

Murmúrios.

... o caso de violência baseada no género é para homens e também para mulheres.

Quando tiver que implementar o programa, Sra. Ministra, que seja um trabalho conjunto entre o Ministério da Justiça, o CACVD e o INPG, que são instituições que trabalham em casos ligados a essas questões.

Por enquanto, fico por aqui.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe, que a paz de Cristo esteja connosco.

Murmúrios gerais.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, trago uma mensagem, felizmente, em crioulo forro, porque assim terá maior impacto de quem recebe. Sei que o senhor entende bem e espero que também lá em casa, porque na minha comunidade falam muito o crioulo forro e querem ouvir sobre as coisas que se passam cá.

Sr. Primeiro-Ministro, antes de entrar directamente nesta mensagem, gostaria de dizê-lo que sabemos que nem tudo foi mil maravilhas, mas valeu a pena, ou está a valer, porque sabemos que coisas melhores virão. Desta forma, quero endereçar-lhe muita força, muita coragem e continuidade de abertura, como o próprio *slogan* da sua campanha dizia: «São Tomé e Príncipe para Todos».

Tudo nguê cu lega puita ploviá cumba, colê ba dançu cu bôbô fé bôbô cuê, ê tava cumba loda. Miolé cumba ça organizadu. Vou traduzir: outrora estava-se a pegar a coisa à maneira. «*Tudo nguê cu lega puita ploviá cumba, colê ba dançu cu bôbô fé bôbô cuê, ê tava cumba loda. Miolé cumba ça organizadu.*» E como a *puíta* está organizada, estão com medo, mas é preciso continuar a luta por um São Tomé e Príncipe melhor.

Murmúrios do ADI.

Puíta tava cumba loda, punda quéga cu a lumá cu mpenhu, ê bluguná cu vida dê.

Aplausos e risos gerais.

E Cuma quéga cu a lumá cu mpenhu, ê bluguná cu vida dê, mali tava montadu e cuá da mali. A sca mêcê cunu quéga cé mali cunudu, pê bilá blaga, magi nomi cé cu sun tê, sun Bom Jesus, Clisto, Pai Todo Poderoso, ca bé cu sun, ca zudá sun, pa non bé cu téla cé ba uê.

Aplausos do MLSTP/PSD, do Governo e do PCD/MDFM-UDD.

A reforma salarial de que tanto se fala, que venha ser mesmo uma efectividade.

Sr. Primeiro-Ministro, força, São Tomé e Príncipe precisa.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente:** — Queria que...

Murmúrios gerais.

Vamos ver se conseguimos entrar no assunto que nos trouxe para esta reunião, discutir o Orçamento e evitar entrar em questões outras, que não estão agendadas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Rainho.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e a sua respectiva equipa, ilustres Deputados: O que me traz cá é uma situação que devia ter sido cumprida durante o ano 2019. Quero referir-me ao serviço da banca, Dobra 24, especificamente. Há um contrato, em que cada cliente deposita o seu dinheiro num respetivo banco, compra um cartão, que é o Dobra 24, onde pode tirar o seu dinheiro a nível nacional, felizmente em Caué temos acesso, mas a verdade é que isso não trabalha 24 sobre 24 horas. Não é por falta de energia, não é o caso, mas a verdade é que esse serviço está abaixo de 12 horas por dia. O erro maior não está no sistema. Por vezes, podemos culpar os técnicos que lá estão, felizmente há bons técnicos lá, é de louvar, mas infelizmente eles não podem trabalhar, porque as máquinas estão todas obsoletas e, por mais que queiram fazer melhor, estão limitados e acabam por ser conotados de desleixados, relaxados, quando finalmente o problema está nos respectivos bancos, que não põem as respectivas notas nas caixas.

Se repararmos bem às Sextas-feiras, a partir das 22 horas, estão completamente encerrados e só no dia seguinte é que se consegue levantar dinheiro, ou fazer transferências, ou pagamento de contas.

Volto a repisar que o problema não está na qualidade dos técnicos que lá estão. É preciso chamar à responsabilidade as bancas, para que honrem os seus compromissos, porque é o dinheiro do esforço de cada um, por um lado.

Por outro lado, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor ontem falou acerca do acesso a Porto Alegre, sobretudo o troço que liga Agripalma a Porto Alegre. Fiquei com a sensação de que falou de ânimo-leve, sem grandes responsabilidades. Embora o grupo Pestana tenha manifestado dar o seu contributo, é algo que já devia ter sido feito este ano. Sei como o Sr. Primeiro-Ministro poderia ter conseguido isso...

Vozes do ADI: — *Diga-lhe!*

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — O Sr. Primeiro-Ministro, através da cooperação com a China, de certeza que poriam isso a andar. Faltava só um bocado de pressão da vossa parte.

Vozes do MLSTP/PSD: — *Oh!*

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Estou a falar com segurança! Isso já estava em curso. Em 2018, estava já bem avançada a negociação e faltou da sua parte um bocado de pressão. Talvez não tinha essa informação, mas ainda que não a tivesse, Sr. Primeiro-Ministro, é penoso. Temos é que dar muita força e coragem aos taxistas que ainda continuam a usar o seu carro para fazer esse troço. Numa viagem lá para cima, por vezes para-se uma ou duas vezes, fica-se na estrada uma hora à espera, manda-se tapar o pneu. É penoso! Se falamos do alavancamento da economia, penso que se devia resolver essa situação, que não é só para os residentes de Caué, é o turismo que está em causa. Portanto, queria que se desse uma atenção a isso.

O meu último ponto, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor está a ser enganado pelos Deputados, que vêm para aqui, alguns até usam isso para fazer graxa. O penúltimo Deputado que estava cá...

Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD.

...a enaltecer, que está muito bem, abra os olhos!

Murmúrios gerais.

Isso não está tão bem, para que o Sr. Primeiro-Ministro possa estar a receber palmas e palmas. Não caia nessa! Seja forte e continue o seu trabalho!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado André Ramos.

O Sr. **André Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e todo o seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, a todos bom dia.

Parece que a preocupação que trago é mais para a especialidade, mas de qualquer maneira nunca é demais repisar, porque numa determinada sessão um dos colegas Deputados – falo do Sr. Deputado Felisberto Afonso – fez referência à situação da estrada de Neves. Na minha análise deste Orçamento, nos investimentos públicos, parece que não está contemplado. Se está, não está na sua plenitude, e a população do Distrito de Lembá sente-se inquieta com esta situação, porque paira por aí que as estradas só vão ser requalificadas até Lobata, ou seja, até Guadalupe.

Gostaria só de pedir a Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, já que está cá também o Ministro de tutela, que pudesse esclarecer esta questão, porque a população precisa saber se realmente a estrada vai ser requalificada na sua plenitude até o Distrito de Lembá, de preferência até Santa Catarina. Todos conhecemos a degradação e a realidade daquela estrada, é uma via de acesso e, tendo em conta a potencialidade do próprio Distrito, a cidade de Neves e outras, o percurso que se faz com alguns artigos que vêm beneficiar a toda a população de São Tomé e Príncipe, acho eu que é de extrema relevância esta

situação da estrada de Neves. Por isso é que venho fazer a intervenção, mas pedindo esclarecimento ao Sr. Primeiro-Ministro, ou seja, ao Sr. Ministro que indicar para vir esclarecer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados: Antes de mais, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Aérton que o respeito é bom e eu gosto! Só lhe digo isto, porque não tenho essa capacidade de manipulação.

Sr. Primeiro-Ministro, estamos em sede da análise na generalidade do Orçamento do Estado e compete aos Deputados fazerem uma abordagem geral daquilo que é a perspetiva e a estratégia da proposta do OGE. Mas antes gostaria de agradecer o esforço do Secretário de Estado da Comunicação Social, por ter ultrapassado o problema técnico de ontem e hoje permitir que alguns deputados pudessem falar, porque assim tenho a certeza de que a nossa voz está a chegar ao povo.

Entrando no que me trás cá, como Deputado e representante do povo eleito, gostaria que me pudesse dar alguma luz de como a economia vai crescer em 2020, porque pelos dados da proposta, vimos que a nossa economia não cresce e, se cresce, cresce muito lentamente e as medidas aqui propostas para acelerar esse crescimento são muito vagas. Por isso que acho que, em termos de perspetiva, se olharmos para os pressupostos macroeconómicos que o Governo propõe alcançar em 2019 e a proposta para 2020, vimos, por exemplo, que o PIB nominal quase não cresce, está entre 9,33% e, para 2020, passa de 9,33% para 9,9%. Portanto, não há um crescimento notável daquilo que poderíamos aqui propor.

Depois acho que há que nos explicar a questão da taxa de desemprego. Portanto, há um desemprego de 11,3% em 2019, mas contrariamente àquilo que foi justificado ontem, a taxa proposta de desemprego baixa aproximadamente para menos de 0,7%. Quer dizer, nem chega a 1%. Portanto, saímos de 11,3% para 10,8%, uma baixa quase insignificante para aquilo que é a taxa de desemprego.

Por outro lado, há uma questão que me chama atenção, que é a projeção feita da taxa de inflação para 2019, que foi de 6,6%, e temos uma previsão da taxa de inflação para 2020 de 8,0%. Quer dizer que o Governo já prevê, de acordo com as medidas de saneamento económico tomadas, que a taxa de inflação cresça. Isto quer dizer que a vida da população vai estar muito mais cara e difícil. Por isso, com as medidas que o Governo também propõe neste Orçamento para aumentar a arrecadação de receitas, temos vindo a assistir, por exemplo, o Director dos Impostos dizer, em diversas palestras, que a taxa dos impostos, particularmente do IVA, não afecta as palaiês, os pescadores, etc., os chamados «pequenos revendedores», mas esta taxa tem um efeito cascata, toda gente sabe. A taxa do IVA é aplicada à entrada e a partir daí todos os produtos são sujeitos à alteração de preços e, logicamente, aumenta o nível do custo de vida das pessoas. Por isso, as populações tornarão mais pobres em 2020. É por isso que gostaria que, para além daquilo que propõe, também pudesse propor algumas medidas que atenuassem os efeitos daquilo que chamamos de medidas tendentes a sanear a situação macroeconómica difícil que temos. Tem que haver alguma medida alternativa para atenuar esses efeitos.

Fico por aqui e espero que depois de alguns esclarecimentos ainda possa expor outras situações que brigam com a vida das pessoas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder da Coligação PCD/MDFM-UDD, Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Sr. Primeiro-Ministro, da leitura que fiz em relação às GOP, prestei atenção nos eixos em que ela se alicerça e venho aqui mais no sentido de encorajar o Governo, porque há um elemento que nos preocupa bastante, que se prende com a taxa de desemprego, concretamente o desemprego jovem.

Sr. Primeiro-Ministro, a juventude é uma fase em que as pessoas anseiam, com alguma urgência, ver realizados os seus problemas, para conseguir a sua autonomia, nessa transição para a fase adulta. Daí que os jovens têm muitos anseios e o caminho para responder a eles passa necessariamente pelo seu primeiro emprego. Nesse sentido, gostaria de encorajar o Governo porque, da análise que fiz, os projectos que o Governo tem em carteira poderão, sim, ser uma oportunidade para muitos jovens deste País, que estão aflitos à procura desta independência ou, se quisermos ser *softs*, desta autonomia financeira, livrando-se da dependência directa dos seus pais. Portanto, é importante concentrarmo-nos, sim, neste combate ao desemprego. Percebo as obras que estão aqui elencadas. Ontem ainda tive a oportunidade de acompanhar, não sei se é um meio oficial, mas é um dos meios que se usa aqui no País para publicitar coisas, acompanhei o processo final do empreendedorismo jovem. Sr. Ministro, está de parabéns, continue, porque a partir deste processo muitos autoempregos vão ser promovidos e, conseqüentemente, estes empreendedores hão-de-dar emprego e é assim que creio que podemos caminhar para também quebrar esta mística de que o Estado é o único empregador potencial neste País. Temos que começar a inverter isto.

Por outro lado, gostaria de deixar aqui uma palavra de apreço e, conseqüentemente, um desafio ao Governo, tem a ver com o «Programa Família». Não podemos ignorar os efeitos que a pobreza tem provocado nas famílias são-tomenses. Existem famílias que não tinham condições nenhuma para garantir a sua subsistência. Entendo que o «Programa Família» é uma forma de levar alento, levar algum conforto a

estas famílias. Agora, o desafio que trago ao Governo é no sentido de buscar meios para conseguir aumentar este leque de beneficiários, e deixo a minha voz aqui também, junto daqueles que já deixaram, que faça uma peneirinha naquilo que já existe, para que aquele que necessita seja efetivamente beneficiado.

Também gostaria de fazer menção aqui ao aspecto relacionado ao IVA, mas a minha preocupação é noutro sentido. Era para alertar ao Governo para que exija muito trabalho e muito profissionalismo por parte da equipa da Polícia Económica, porque se ela falhar, aí sim o IVA vai ter aquele efeito que não desejamos junto às populações. É importante que a Polícia Económica esteja atenta e trabalhe com afinco, para conseguir combater os especuladores, se não estaremos a «chover no molhado».

Por fim, não entrando na especialidade, Sr. Presidente, mas é importante, vi no Orçamento inscritas algumas obras ligadas ao Sector da Educação, é bom, somos um País com muita gente em idade escolar, vi inscrita a construção de um jardim-de-infância para a Trindade. Lá tem Olof Palma, Quinta das Palmeiras, mas é verdade que aquilo está congestionado. Estando congestionado, era importante que se olhasse um pouco para aquela área de Folha Féde. Ali, um jardim-de-infância faz muita falta, por quê? Porque iria cobrir de alguma forma as crianças da Roça Laura, Cabeça Água, mesmo Folha Féde, Cruzeiro, Pau Sabão, Óbô Lôngô. Creio que carece de um jardim-de-infância, até para evitar que as crianças estejam a subir e descer em motorizadas. Ficaria muito melhor e mais seguro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados: Antes de entrar naquilo que me traz aqui, gostaria mais uma vez de dizer que, neste momento, no Distrito de Caué, a população não está a acompanhar a TVS, porque a TVS entra no ar a partir das 18 horas. Na legislatura passada, ainda na discussão do Orçamento para 2019, levantei esta preocupação aqui. Se há uma coisa que é interessante para a população de um país, é o direito a informação. Nesse momento, se não for aquele que tem um radinho, Caué não tem estado a acompanhar a TVS em directo. Sabe-se que a antena da TVS está colocada na Roça Soledade e que muitas vezes é a Camara Distrital de Caué que tem que suportar a despesa com o combustível. Segundo a pessoa que toma conta daquilo, agora, com a implementação da estufa, fizeram uma parceria e só colocam o combustível quando há produtos.

Nestes termos, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Caué também faz parte do Território Nacional, precisamos de informação. Os Deputados que vêm aqui falar querem que as pessoas que votaram neles os vejam. Nós também exigimos que as nossas que nos elegeram nos vejam. Até lhes dou razão quando dizem que os Deputados não fazem nada, porque não têm como acompanhar a comunicação social.

Entrando directamente naquilo que me traz aqui, para reforçar um bocado o que a Deputada Celmira falou, antecedendo-me, sobre o Ministério da Saúde. Sou de opinião e concordo plenamente que a saúde está com problemas gravíssimos. Não se pode estar só a falar de saúde, pensando naquelas pessoas que residem aqui. Nos distritos longínquos do País, não temos acesso aos serviços de especialidade. Só para dizer aquilo que aconteceu ultimamente, a população de Caué, quando tem problemas específicos, vem para a cidade marcar consultas. Vocês sabem quanto tempo levam para marcar essa consulta, fazer um exame e voltar a marcar? Aconteceu com a minha filha. Estava hospitalizada, o médico prescreveu uma ecografia, fui para o centro hospitalar marcar a consulta, foi no dia 4 de Outubro, e a senhora que me atendeu disse que só tinha vaga até 27 de Dezembro. Estávamos em Outubro e só havia vaga para fazer essa consulta no dia 27 de Dezembro. Isso não é normal! Em termos de análises, espera-se tanto, porque não se tem como ir para as clínicas. Para não ficar naquela situação, tive que ir a uma clínica, mas nem toda gente tem a possibilidade de ir a uma clínica. E por ter ido à clínica, encareceu mais a minha despesa. Isso não pode ser! A população do Distrito tem várias despesas, não só com aquilo que vai acompanhar lá.

Disseram-me que voltasse no dia 27 de Dezembro, com 150 dobras, para fazer aquela ecografia, e só tinha aquele valor. Fazendo as contas, com 150 dobras, ficava à espera, quase 2 meses, para que se fizesse esse tratamento à minha filha. Pondo esse valor a render juro, teria 400 dobras, que paguei à clínica. As pessoas têm estado a morrer em São Tomé e Príncipe, não porque o dia chegou. É negligência que tem estado a acontecer.

Tenho estado a fazer o trabalho de casa a nível deste Orçamento de 2020 e, comparando com o orçamento de 2019, Sr. Ministro, constatei que volta a trazer, na página 36 das GOP, o «Aprofundamento do Estado de Direito Democrático». Foi muito bom, mas quero que essas medidas sejam implementadas na realidade.

A outra coisa que vi nas GOP é o acesso a esses direitos. Diz aqui: «A política do XVII Governo baseia-se na salvaguarda dos direitos de liberdade e de garantia fundamental da pessoa humana, consagrada na Constituição e nas leis da República». Gostaria de perguntar se, no quadro, dessas liberdades, esses direitos, essas garantias fundamentais do direito humano, tem-se tomado em consideração aquilo que na realidade tem estado a passar com a população de São Tomé e Príncipe.

Outra preocupação que venho analisando no OGE, vendo aquilo que está distribuído para os distritos para 2020, só um distrito...

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada Beatriz Azevedo, apenas para fazer uma abordagem geral e não entrar na especialidade.

Pode continuar.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados, gostaria que tomassem em consideração que as preocupações que trago não são minhas. Faço parte deste Território Nacional e não há quem tem mais direito do que outro, todos temos os mesmos direitos e deveres. Costumo dizer que o mundo dá volta muito cedo. Alguns tempos atrás estávamos na oposição, estávamos a reclamar aquilo que hoje estou a reclamar. Como o mundo dá volta, hoje as coisas se tornaram diferentes.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada, entre na questão, está a perder o seu tempo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Conforme vinha dizendo, fazendo uma comparação daquilo que é a perspectiva do Governo para as câmaras distritais, vejo que só dois distritos foram contemplados com o aumento daquilo que o Governo está a propor, que são os Distritos de Lobata e a Região Autónoma do Príncipe. Em 2019, Lobata tinha orçamentado um valor de Dbs. 9 619 693 00 (nove milhões, seiscentos e dezanove mil, seiscentas e noventa e três dobrás) e, para 2020, vai ser contemplado com 11 619 820 00 (onze milhões, seiscentos e dezanove mil, oitocentas e doze dobrás), mais 2 milhões em relação ao valor proposto em 2019, e a Região Autónoma do Príncipe. Em 2019, o valor foi de 110 175 milhões de dobrás e, para 2020, a proposta é de Dbs. 122 175 900 00 (cento e vinte e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e novecentas dobrás).

Trago essa preocupação, porque São Tomé e Príncipe não pode ter filhos e enteados.

Baseando naquilo que está no Orçamento, fazendo comparação, o que tenho a dizer é que como o Sr. Ministro das Finanças vive em Lobata, ele tinha que beneficiar o seu Distrito, e não os outros.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Sebastião Pinheiro.

O Sr. **Sebastião Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

No ano passado, o Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças anunciaram que iriam à procura de um fundo para alavancar o tecido empresarial são-tomense. Este ano, o Sr. Primeiro-Ministro, no seu discurso, sublinhou que os empresários nacionais estão totalmente falidos. É verdade e confirmo isso.

Gostaria de saber o que foi feito no ano transato e qual é a estratégia que o Sr. Primeiro-Ministro tem para os empresários nacionais. Quando digo isso, não é só no seu Governo, estou nesta Casa há muitos anos, muitos primeiros-ministros passam por aqui e todos os anos falam a mesma coisa.

Gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro fizesse a diferença, sinceramente. Conheço o senhor e, conforme um meu colega Deputado disse, o senhor não deve achar que todos que aqui batem as palmas são seus amigos.

Quero aconselhá-lo a fazer uma governação diferente dos outros que passaram nesta Assembleia, por favor!

Aplausos do ADI e do PCD/MDFM-UDD.

Posso ajudá-lo a tentar resolver esta questão. Todos os anos, aprovamos um orçamento de 100 e tal milhões. O Governo, na área de infra-estruturas, poderia encontrar uma forma, já disse isso no ano anterior, de enquadrar os empresários nacionais em alguma percentagem de sub-empregadas às obras grandes. Por exemplo, fala-se da obra da marginal e de outras obras de grande estrutura. Criar condições e, em busca de uma percentagem, dá-se empregadas aos empregados nacionais.

Na intervenção do Sr. Primeiro-Ministro ou do Ministro das Finanças, gostaria de saber realmente qual é a estratégia que têm, no ramo empresarial, para o ano 2020.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Peço a palavra para obter informações do Sr. Primeiro-Ministro ou do Sr. Ministro de Infra-estruturas, com relação ao Mercado de Bôbô-Forro. Tendo em conta a situação, o estado em que se encontra a nossa cidade capital, gostaria de obter informações, tendo em conta que o Sr. Ministro havia dito que até o final do ano seria possível talvez transferir as pessoas para o Mercado de Bôbô-Forro. Pode solicitar, Sr. Primeiro-Ministro, porque o Sr. Ministro nos disse isso. A cidade está cada vez mais feia.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Antes de iniciar a minha intervenção relativamente ao OGE, queria aqui fazer um reforço, tendo em conta a intervenção dos Deputados do Distrito de Mé-Zóchi, relativamente à necessidade de poder haver neste Orçamento a possibilidade de construção de um jardim na localidade de Folha-Fede. Quero referir a isso, porque de facto é uma questão que vem de há muito tempo; estou a falar no geral.

O Sr. **Presidente**: — Há uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Queria apenas dizer que neste aspecto...

O Sr. **Presidente**: — As nossas desculpas, Sr. Deputado, há uma interpelação à Mesa. Tem palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Já há algum tempo que tenho estado a pedir a palavra à Mesa, para fazer esta abordagem, no sentido de ajudar também a Mesa a conduzir os trabalhos. Gostaria que a Mesa observasse o disposto nos artigos 210.º e 211.º do Regimento, porque senão não sairemos daqui.

O Sr. **Presidente**: — Há mais uma interpelação à Mesa. Tem palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — A minha preocupação é que o Governo não tem estado a dar respostas. Com o devido respeito, penso que, quer os Deputados do ADI, quer os das demais bancadas já colocaram um conjunto de questões e estamos a solicitar ao Governo para dar resposta. Estamos num debate e debate é troca de ideias e opiniões. Portanto, corrijam-me se estiver errada.

O Sr. **Presidente**: — Mas devo dizer que o deputado tem o seu tempo e o Governo tem o seu tempo. Está no debate e se pedir a palavra a Mesa irá conceder. A Mesa não pode pedir ao Governo para pedir a palavra. Tem o seu tempo, está distribuído, está a perceber? Assim que o Governo pedir a palavra, a Mesa concede-lhe.

Murmúrios.

Quanto a interpelação do Sr. Deputado Aérton do Rosário, aí sim, tem toda a razão. Estamos a apreciar o Orçamento na generalidade, não estamos ainda na sede da especialidade, gostaria que todos os Deputados observassem esse dispositivo que está no nosso Regimento, o artigo 209.º.

Pode continuar, Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria dizer que estou cá a representar parte da população deste país. Não pode haver para uns e outros tratamentos diferentes. É só para continuar a dizer que eu, enquanto Deputado eleito do Distrito de Mé-Zóchi, aqui ouvi uma intervenção de um dos Deputados do Distrito, eu vim como residente, fazer o reforço e dizer que essa questão já foi várias e várias vezes vista com a Câmara do Distrito de Mé-Zóchi e eu pessoalmente ofereci um terreno, que é uma das dificuldades tremendas que o Governo tem. Entretanto, a Câmara diz que está a encetar contactos para encontrar fundos para a execução desta obra. Fica já essa garantia de terreno.

Entrando no amago daquilo que me traz aqui, eu quero apenas pedir um esclarecimento, relativamente à TOFE, no que diz respeito ao imposto sobre consumo. Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, para Dezembro de 2019, o Governo projecta ou estima cobrar o imposto na ordem de Dbs. 147185 00 (cento e quarenta e sete mil, cento e oitenta e cinco dobrás). No entanto, 2020, uma vez que sabemos que em 2020 teremos a introdução do IVA, o Governo só dispõe de 2 meses para cobrar imposto sobre consumo, projecta ou estima uma cobrança na ordem de Dbs. 117 648 00 (cento e dezassete, seiscentos e quarenta e oito dobrás). Perguntar-lhe-ia o seguinte: será que, em 2 meses, Janeiro e Fevereiro, teria condições para cobrar Dbs. 117 648 00?

Uma vez que levou ou vai levar, provavelmente 12 meses, como projectou cobrar 117 648 00?

Eu queria ter esse esclarecimento, porque aqui faz ligeira confusão. Era só esse aspecto, Sr. Ministro, voltarei sempre que justificar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, eu analisei, quanto pude, este Orçamento, na perspectiva da promoção e da protecção dos direitos das crianças, tendo em conta que sou membro da 5.ª Comissão e gostaria de, junto a Suas Excelências o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças, perceber até que ponto as crianças saem beneficiadas com este Orçamento.

Também perceber até que ponto o Estado são-tomense, enquanto signatário da Convenção dos Direitos das Crianças, está velando pela promoção dos direitos das crianças. Os direitos das crianças impõem

alguns deveres, cumprimento de alguns princípios, de algumas obrigações, e impõem o Governo a respeitar, proteger e realizar esses direitos. Por isso, eu gostaria de me situar ainda mais, porque vou fiscalizar este Orçamento, para perceber se realmente este programa produz algum resultado concreto para a melhoria dos direitos das crianças no nosso país. Para isso, eu gostaria de perguntar ao Governo, directamente ao Sr. Ministro das Finanças, porque não consegui, de uma forma mais sucinta, ver qual é o valor alocado aos programas públicos que beneficiam as crianças.

Sei que é transversal, mas deixo aqui, Sr. Primeiro-Ministro, um conselho, e é uma proposta minha, pois enquanto membro da 5.^a Comissão tenho competência para fiscalizar o Governo nesta matéria. Que no próximo Orçamento haja uma unidade específica para as crianças. Gostaríamos de ter informações mais concretas sobre quanto o Governo investe nos direitos das crianças e até que ponto é executado, para podermos assim ter informações, para também as organizações internacionais perceberem que estamos motivados e determinados em proteger as crianças e cumprir com a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, a minha preocupação está nas GOP, na página 47, em que o Governo refere que um dos pilares ou uma das medidas é o crescimento económico robusto e a criação acelerada de emprego, e um dos pilares para esse crescimento robusto é o desenvolvimento do turismo. De facto, todos nós temos que reconhecer que o turismo é uma questão bastante importante para alavancar a nossa economia. No entanto, eu gostaria de perguntar ao Governo como é que vai fazer este crescimento robusto, com um orçamento apenas de 1,1% para a área de turismo. Penso que é um orçamento bastante restrito e há muitas medidas plasmadas nas Grandes Opções do Plano que não têm enquadramento no Orçamento. Por exemplo, fala da criação de uma escola de turismo, de melhorar a imagem do País através de obras de recuperação e melhoria da capital, mas não tem enquadramento no Orçamento Geral do Estado. Penso que há alguns obstáculos na área do turismo, nomeadamente a questão do paludismo, mas nós sabemos que temos tido grandes avanços nessa área.

A outra preocupação que eu tenho é a questão do lixo. Ninguém aborda essa questão, mas é algo que cada vez mais preocupa, quer as pessoas que residem em São Tomé, quer a questão de nós fomentarmos o turismo. Não podemos fomentar o turismo com tanto lixo. Não se faz a separação do lixo, e nem ao nível do Orçamento nem das Grandes Opções do Plano existe qualquer política, qualquer coisa inscrita para a questão do lixo. Já houve Deputados que me antecederam que falaram da situação do mercado, em que o lixo tem tomado grandes proporções, e eu gostaria de perguntar ao Governo, em particular, qual o tratamento que pretende dar à problemática do lixo em São Tomé e Príncipe.

Eu gostaria também de alertar para o facto de até agora nós não termos recebido o Orçamento da Segurança Social. Eu teria todo o interesse em analisá-lo, mas até agora não o tenho em mãos, nem o do Banco Central, uma vez que nós também sabemos que há a questão das notas de duzentas dobras, entre outras, do Banco Central, que gostaríamos, enquanto Deputados, de analisar. Até a presente data, não nos foram facultados esses documentos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Martinho Domingos.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho uma dúvida. Eu gostaria de esclarecimento com relação à TOFE. Temos o saldo global, eu vejo aqui, menos 88.22. Saldo global, base de compromisso, não sei se estão a ver. Depois temos financiamento, ou seja, financiamento interno e financiamento externo. A soma entre estes dois valores dá 190.117. Fazendo as contas, 190 para 82.2, temos uma diferença enorme. Ou seja, entendo que o saldo global, base de compromisso, é uma dívida que nós temos, então, vamos buscar, neste caso, financiamento para pagarmos esta dívida. Se a soma entre o financiamento externo e financiamento interno é superior à dívida que temos, ou seja, o saldo global que é a base do nosso compromisso. Então, eu gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro ou o Sr. Ministro das Finanças me esclarecessem acerca desta situação.

Também falando aqui dos anexos, até então, como disse a minha colega Deputada, que me antecedeu, nós não recebemos anexos de outras instituições, nomeadamente o Banco Central. Há uma questão do Banco Central que gostaríamos mesmo entender. Mesmo a execução e a previsão do Banco Central. Independentemente das notas, eu também gostaria de entender a construção do novo edifício do Banco Central. O Governo diz que o edifício custou cerca de 17 milhões de dólares, e o ex-administrador deste banco, numa comunicação, também veio dizer que o edifício não gastou mais do que 13 milhões de dobras. Então, eu gostaria de perceber onde está a questão, quem está a falar a verdade. Eu gostaria de perceber isso.

Já agora, nessa questão que estamos a falar do banco, ultimamente, sei que o Governo produziu um decreto a autorizar o funcionamento de um banco, cá em São Tomé e Príncipe, nomeadamente RIPI. Pelo menos documentos que tenho pesquisado, tenho visto, as leis do País, certamente que a única instituição em São Tomé e Príncipe que deve autorizar o funcionamento dum banco ou de qualquer instituição financeira é o Banco Central. Certamente que o Governo sabe disso. Então, qual a conclusão? O Governo violou grosseiramente a lei do País. Temos o Estatuto do Banco Central, a Lei do Banco Central, temos

uma lei, que posso citar, Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capital, que penso que foi aprovada em 2013, na altura, com o Governo de tróica, salvo erro, e promulgado pelo ex-Presidente Dr. Manuel Pinto da Costa. No seu artigo 14.º diz: «Nenhum banco pode operar em São Tomé e Príncipe se não dispuser de presença física no País, se não estiver licenciado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe e não pertencer a um grupo financeiro regulamentado, sujeito à supervisão, numa base consolidada». Apenas para esclarecimento dos Srs. Deputados, temos ainda a lei das Instituições Financeiras que, o seu artigo 2.º diz: «O funcionamento de qualquer instituição financeira, seja empresa do Estado, empresa mista, ou empresa privada, depende da própria autorização do Banco Central».

Ainda podemos...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu estou a ver o Sr. Deputado Aérton, pedindo mais uma vez a palavra, para interpelar a Mesa. Ele quer que o senhor entre no assunto que nos trouxe aqui, que é o Orçamento Geral do Estado. Quanto a esta questão que está a levantar, pode pedir um debate com o Governo, para falar e se esclarecer sobre o assunto. Não se trata do Orçamento Geral do Estado.

O Sr. **Carlos Pinheiro**: — Obrigado, Sr. Presidente.
Para concluir, Sr. Presidente...

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Eu sou obrigado a cortar-lhe a palavra.
Murmúrios.

Ou o senhor respeita a Assembleia, a Mesa da Assembleia e todos os que estão aqui, ou então tem que se sentar no seu lugar. Se continuar a falar, vai falar no ar, porque eu não lhe vou dar a palavra. Vou cortar.

Murmúrios gerais.

Quero agora deixar bem claro que eu vou cortar a palavra a quem não entrar no amago da questão. Vai falar, mas não vai estar no ar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Eu gostaria de começar a minha intervenção com um assunto que será para mim a última vez a insistir. Gostaria ainda de falar sobre encargos com viagens.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, Srs. Membros do Governo, gostaria de falar de encargos com viagens, porque está na TOFE, é de âmbito global. Nós insistimos muito nisto, não é porque nós não sabemos que de facto exista custos e que esses expedientes de viagens são precisos para um país como o nosso, que são ilhas. Não é por causa disto. É bom que fique claro. Insistimos unicamente, porque há muita inconsistência das palavras aos actos por parte deste Governo. O Governo diz uma coisa e, na prática, faz outra.

Sr. Primeiro-Ministro, para o ano 2020, o vosso Governo volta a contradizer-se e, uma vez mais, orçamenta um aumento dos encargos com viagens, em 40,4 % face ao que espera executar em 2019. Estamos a falar de 11 058 contra 15 529. São 40,4% a mais. E ainda são 46,3% acima do executado pelo XVI Governo, em 2018. Se fizermos a comparação, a diferença de 10 618 versus 15 529, dará 46,3%. Façamos as contas. Quando o Sr. Ministro diz que o seu Governo tem menos de 1 ano, deixe-me dizer-lhe, Sr. Ministro, que em menos de 1 ano, já por duas vezes, nesta mesma augusta Assembleia, o senhor apresentou dois orçamentos com o aumento dos encargos com viagens, que o senhor e o seu Grupo Parlamentar tanto condenaram. É disto que nós estamos a falar, Srs. Membros do Governo. Para nós não é ironia gastar com viagens, porque nós somos uma ilha, mas fizeram disso um cavalo de batalha, aqui nesta augusta Assembleia, no Estado da Nação. É por isso que eu disse que há muita inconsistência das palavras aos actos. Mesmo que em 2019 não seja executado este número que os senhores estão a propor, mesmo que em 2020 também não seja executada a verba de 15 529, que está programada, o essencial é a contradição das palavras e dos actos. Sr. Primeiro-Ministro, a contradição da palavra e dos actos já lá está. Nós fomos crucificados aqui por essa contradição dessas palavras. É isto que me dói, porque não pode haver incongruência nesses aspectos.

Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Ministro das Finanças, a pergunta é a seguinte: então, toda aquela crítica que se ouviu aqui no Estado da Nação, relativamente aos encargos com viagens, era com o intuito de os senhores fazerem pior? Logo os senhores que prometeram baixar tudo? É esta a minha pergunta. Após a resposta do Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro das Finanças, para mim será um ponto final. Eu já não falo mais nada sobre viagens. O povo que tire as suas ilações.

Outro assunto, Sr. Primeiro-Ministro, ouvimos aqui falar, e eu quero começar a minha intervenção...

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros** (Elsa Pinto): — Reiniciar, neste caso.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Oh, reiniciar a minha intervenção. Obrigado, Sra. Ministra Elsa. Dar continuidade a minha intervenção, para encorajar o Ministro das Infra-estruturas e rogar a Deus que esse gerador chegue mesmo no dia 12 e que vá ao Príncipe no dia 12. Sr. Primeiro-Ministro, eu disse rogar a Deus, mas quero aqui chamar atenção, há muita gente que não sabe que a energia eléctrica, na Região Autónoma do Príncipe, foi pela primeira vez com o governo cessante, o governo de Patrice Trovoada, o XVI Governo, que o Príncipe conheceu a energia 24 sobre 24 horas. Nunca antes o Príncipe teve energia 24 sobre 24 horas.

E há mais um indicador que eu vou dizer a Vossas Excelências: pela primeira vez, a EMAE do Príncipe iniciou o processo de dar lucro à empresa, com o Governo cessante, o governo de PT. Se os senhores não sabem disto, perguntem aos vossos técnicos da EMAE. Pela primeira vez, com o Governo de Patrice Trovoada, a EMAE do Príncipe iniciou o processo de dar lucro. Graças a quê? À boa gestão, a políticas aplicadas, aos técnicos da EMAE, que também contribuíram bastante, e à população, que entendeu que devia pagar a energia, para ter energia 24 sobre 24 horas. Esse processo foi com o governo anterior. Vossas Excelências, hoje, além de prejudicar a Empresa EMAE, que hoje não está a ganhar dinheiro, Vossas Excelências fazem cortes consecutivos, há baixa do consumo de energia a mais de 50%, 24 para 11 horas por dia, e às vezes nem isto, é muito mais de 50%. Não-de dizer que o ADI e não sei quê, mas reparem: o ADI já não está no poder. Quem está no poder são Vossas Excelências. Portanto, têm que trabalhar, porque é para isso que Vossas Excelências foram eleitos.

A Sra. Ministra Elsa terá dito aqui ontem elencou aqui uma série de projectos que assinou, e nós queremos dizer aqui à Sra. Ministra que...

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação**: — Eu assinei em nome do Governo.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — ...seja lá como for! A senhora viajou só para assinar algo que já tinha sido negociado. Mais nada. E os projectos não mudaram sequer uma vírgula. Quem engajou? O governo de PT, o governo anterior, mas não estamos contra isso Sra. Ministra. A senhora pode assinar esses projectos. O problema é que os senhores pintaram tanto o anterior governo, pintaram tanto o líder do anterior Governo, mas hoje subscrevem todos os projectos estruturantes para o País que o XVI Governo concretizou. Gente, é verdade ou mentira?

Vozes do ADI: — *É verdade.*

Aplausos do ADI.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Temos que dar uma salva de palmas bem forte ao anterior governo.

Aplausos do ADI.

Final de contas, o anterior governo tinha ideias, tinha planos estruturantes para o País, tanto é que a continuidade de Estado se faz sentir hoje perante Vossas Excelências os Srs. Ministros.

Tenho nove perguntas e começaria por fazer uma pergunta sobre dívidas ocultas.

Murmúrios.

No debate sobre o estado da Nação, houve aqui muita conversa sobre dívidas ocultas, o povo tem que perceber de facto o que são dívidas ocultas, o que se passa, quem tem culpa, o que foi feito, o que está plasmado. Todos esses pormenores o povo precisa saber, para depois tirar a sua ilação...

Murmúrios.

Vamos ficar tranquilos, têm que escutar, sim senhor.

Sr. Ministro das Finanças, ...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Correia, já dissemos para entrar no âmago do OGE. A dívida oculta não consta no programa do OGE nem nas GOP. Se quiser um debate sobre dívidas ocultas, a sua Bancada ou um grupo de Deputados podem solicitar um debate, para falar sobre este assunto.

Vamos orientar os nossos trabalhos no OGE.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, se não se importar, poderia dar uma olhadela no quadro que fala das dívidas do Estado, dívidas públicas, e eu entendo que esta matéria é de âmbito global, sim, Sr. Presidente.

A minha pergunta é directamente ao Sr. Ministro das Finanças. Soubemos que o Sr. Ministro esteve com representantes da Empresa Mota-Engil, e gostaríamos de saber o que é que o Sr. Ministro disse aos representantes daquela Empresa sobre dívidas ocultas.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Sr. Ministro das Finanças, há uma pergunta também preocupante, não sei se estou errado, mas parece-me que ouvi, na televisão, no âmbito da celebração de 1 ano de mandato, no Hotel Pestana, um cidadão terá perguntado sobre a baixa de salário e parece-me que, se estiver errado, peço desculpas, e o Sr. Ministro terá dito que haverá reposição deste salário que está a ser cortado hoje. Daí que eu gostaria de perguntar ao Sr. Ministro se essa reposição irá ser feita com ou sem retroativo.

A terceira pergunta, o Sr. Primeiro-Ministro elencou no seu projecto das GOP o primeiro capítulo que fala sobre o «aprofundamento do Estado de Direito Democrático», e também tem usado muito a expressão «o País hoje está mais livre». E a minha questão é, Sr. Primeiro-Ministro, como é que explica esse livre que se costuma ouvir, em relação a esse primeiro pilar que está no seu projecto de Governo, quando hoje há tantos adversários políticos sob o termo de identidade e residência (TIR), proibidos de viajar, quando chegam ao aeroporto, sabendo que TIR não impede de viajar, e vem o Sr. Primeiro-Ministro dizer isso. Na minha opinião, há uma incongruência neste aspecto. Por um lado, o senhor escreve nas GOP «aprofundamento do Estado de Direito Democrático» e, por outro lado, indivíduos das forças recebem orientação do Governo para prenderem pessoas e impedi-las de viajar. Como é que o senhor conjuga essas duas coisas? É muita incongruência. Daí que gostaria que explicasse.

Gostaria também de solicitar ao Sr. Primeiro-Ministro para quando irá iniciar o processo de baixar, baixar, baixar? O Sr. Primeiro-Ministro prometeu baixar e não sentimos a baixa. Então, é preciso dizer-nos qual é o *timing* que tem.

Quando o Sr. Primeiro-Ministro responder, virei cá para desenvolver as minhas questões.

Gostaria de saber se o Sr. Primeiro-Ministro tem a noção do impacto do IVA sobre o poder de compra da população. Gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro nos brindasse com uma explanação sobre o processo do IVA, o impacto que isso terá no poder de compra da nossa população.

A outra questão, gostaria de saber quais são as políticas orçamentais e monetárias que o senhor tem para impulsionar a economia a 4% no ano 2020. Tem que nos explicar.

A penúltima pergunta, gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro nos dissesse em quanta vezes mais e em que valores o Governo irá fazer aumentar o combustível no ano 2020.

A última minha pergunta é a seguinte: Sr. Ministro das Finanças, temos conhecimento de alguns expedientes da empresa *De La Rue*, detentora do projecto de fabricação da nova família de dobras. Por que é que não aceitou que a empresa *De La Rue* viesse, em tempo útil, fazer a fiscalização das notas, principalmente de 5 e 10 dobras?

Peço desculpa, agora é que é a última, e vou começar parafraseando uma expressão que o Sr. Ministro das Finanças terá usado, «assumimos o compromisso de, em todos os meses, pagar a EMAE e a EMAE pagar a ENCO valores não inferiores a 500 000 dólares a Angola»...

Murmúrios.

O Sr. Ministro terá dito isso sim, na comunicação social pública. E a pergunta é para o Sr. Primeiro-Ministro. O Sr. Primeiro-Ministro acha que o que o País recebe ou tem das actividades geradoras de divisas é suficiente para pagar 500 000 dólares por mês a uma única Empresa, a ENCO?

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — De certeza que muita gente hoje deve estar a dizer, «como é que o Sr. Deputado António Barros está manso assim»?

Risos gerais.

Hoje de facto não estou a actuar com o meu tom de voz habitual. Venho apenas porque quando estive cá me falhou isso, no quadro da discussão do Orçamento que estamos a discutir, tendo em conta a projecção do crescimento económico que está plasmado no Orçamento. Costumo ligar aquilo que constitui o obstáculo ao crescimento económico à aquilo que ajuda o crescimento económico. Esqueci de destacar e felicitar o Governo, pela informação que nos brindou ontem sobre a questão do Porto do Príncipe e também sobre o projecto de energias renováveis. De facto esses dois projectos, ao serem concretizados, estaremos com um ambiente propício para alavancarmos a economia na Região Autónoma do Príncipe.

Felicito o Governo por estas duas obras e peço ao Governo que faça todo o empenho para que isso seja uma realidade no Príncipe, porque o Porto do Príncipe actualmente é o maior obstáculo à economia que temos.

Fiz questão de salientar esses dois projectos, porque como já disse aqui na sessão passada vivemos num Príncipe onde tudo de bom que acontece é do outro e tudo de mau que acontece é do Governo Central. Como o porto e a energia renovável, juntamente com o gerador, são boas obras, fiz questão de frisar, para que toda a gente saiba que é obra do Governo Central, o XVII Governo, este Governo que é formado pelo MLSTP/PSD e a Coligação PCD/MDFM-UDD. Que fique bem claro.

Para terminar, só gostaria de dizer ao Sr. Deputado Carlos Correia que o que disse aqui não é verdade. O primeiro governo que deu energia 24 sobre 24 horas, no Príncipe, foi o governo do MLSTP/PSD. Na altura, quem deu foi o Deputado Carlos Pinheiro, que era do MLSTP/PSD, quando era delegado da EMAE.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Portanto, o Sr. Deputado não vive no Príncipe, devia informar-se melhor. Não foi o ADI que deu energia 24 sobre 24 horas. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, eu venho desta feita falar de responsabilização daquilo que são as despesas orçamentais e as não orçamentais. Em termos dos ministérios, alguns funcionam à grande velocidade e outros funcionam à baixa velocidade. Aqueles que funcionam à baixa velocidade são os ministérios que não têm onde buscar, para além daquilo que têm no Orçamento. Não têm mais. Portanto, há uma tentativa de cumprir com aquilo que está orçamentado para fazer as coisas. Mas temos também um outro grupo de ministérios que tem para além do orçamentado, vão buscar noutra parte. É sobre essa responsabilidade que eu chamo atenção, porque é aquilo que está aqui no Orçamento. O senhor diz na proposta de lei do Orçamento que é proibido a realização ou a liquidação de despesas não inscritas no OGE, ficando sobre o infractor em curso a responsabilidade disciplinar, civil, criminal, etc. Depois diz: «É igualmente proibida a autorização e liquidação das despesas públicas por pessoas não investidas de poderes para o efeito». Eu chamo atenção, uma vez mais, ao próprio Sr. Ministro das Finanças, para prestar muita atenção aos chamados fundos autónomos de algumas instituições, o fundo do Turismo e o da Direcção de Pescas. O fundo das Pescas é destinado a apoiar os pescadores, as *palaiês*, e o do Turismo é destinado a impulsionar o desenvolvimento do turismo. Não se pode estar a utilizar esses fundos para pintar ministérios, para comprar equipamentos de escritório, etc., etc., pondo em causa a própria coesão do Governo! Há ministérios que conseguem resolver os seus problemas, há outros que não, porque não têm mais onde ir buscar, para além do orçamento. Por isso que eu chamei atenção em 2019, na altura da aprovação do Orçamento, que é preciso tomar cuidado com essas acções nos ministérios. Infelizmente, temos alguns directores de DAF de Ministérios cheios de vícios. Nós sabemos disto e é preciso prestar atenção a essas questões, porque estão na lei. É preciso responsabilizar as pessoas pela gestão da coisa pública.

Outra questão que me faz aqui também espécie é que na proposta de lei do Orçamento também há uma responsabilização das pessoas que contrariam aqueles princípios que o Governo propõe na Lei do Orçamento. Por exemplo, o Governo diz que fica suspensa a contratação de pessoal, no caso em que haja dotação, reportando o efeito aos meses do ano económico anterior.

Outro ponto, «fica suspensa a continuação por contrato ou por outro acto administrativo, na Administração, dos funcionários de carreira técnica abrangida pela idade de reforma, nos termos da Lei 1/90.» Contrariamente ao que está cá, tem estado a acontecer, e nós sabemos. Por isso, é preciso ter responsabilidade, é preciso responsabilizar as pessoas por aquilo que fazem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Pinto.

O Sr. **Américo Pinto** (MLSTP/PSD): — Eu venho aqui para manifestar a minha posição relativamente às intervenções que tiveram aqui lugar pelos Deputados de Caué, que manifestaram a sua preocupação em termos de desequilíbrio que existe nas diversas regiões do País. Portanto, subscrevo que realmente uma atenção deve ser dada, tendo em conta aquilo que o Distrito de Caué representa para o País, em termos de potencialidades turísticas e em termos de investimentos. Temos lá a Empresa AGRIPALMA, que neste momento é a empresa que maior número de emprego dá aos cidadãos são-tomenses e muito brevemente os são-tomenses vão começar a colher o fruto desse grande investimento no País.

Falou-se aqui algumas coisas sobre a saúde e eu gostaria de dizer que reconheço que este ano é o primeiro ano, portanto, de exercício deste Governo, que conta com um orçamento que foi aprovado há 8 meses e é claro que pela experiência que eu tenho como autarca que fui, neste primeiro ano de exercício não é ou não foi possível mobilizar os recursos necessários para implementar muitos projectos que estão inscritos no Orçamento. Daí que estou convicto de que este Governo, a partir de 2020, vai começar a marcar sinais claros de que realmente está a trabalhar para solucionar diversos problemas que afligem a nossa população.

Neste Orçamento, muitos projectos estão mais direccionados para a região central do País, e quero pedir ao Governo que, nos anos subsequentes, a atenção seja muito mais virada para os distritos, para evitar o desequilíbrio que assistimos.

E falando da atenção que os distritos periféricos merecem, quero pedir a este Governo que envolva as Câmaras Distritais e que respeite a autonomia das mesmas, porque elas é que são impulsionadoras do desenvolvimento local.

Posto isto de lado, quero partilhar uma preocupação com todos nós que estamos cá; Deputados e membros do Governo. O Governo elenca no Orçamento Geral do Estado dois grandes projectos, a requalificação da Marginal e intervenções a nível da Cidade Capital, mas eu, como cidadão são-tomense e com o orgulho que tenho, e que todos temos, espero, não gostaria que, depois de esta obra estar feita e a

imagem da nossa capital atingir um outro patamar, todos os cantos da cidade capital continuassem a ser balneário.

Assistimos, a nível do País, um aumento do índice de criminalidade e de comportamentos altamente comprometedores. Muito se tem feito para combater estes males, mas o que assistimos é que as estatísticas apontam para aumentos sucessivos do número de casos, sobretudo de agressões.

Aqui nas GOP, na página 2, o Governo elenca 4 eixos fundamentais e sabemos que a educação constitui uma prioridade também para o Governo. O Governo propõe algumas medidas para garantir uma educação de qualidade a nível do País e uma série de medidas para que o nosso sistema educativo tenha outro rosto. Costuma-se dizer que é desde pequeno que se torce o pepino. Estamos numa sociedade em que todos temos consciência de qual o nível de comportamento dos nossos concidadãos. É muito preocupante para um país que quer apostar no turismo, mas antes de pensar no turismo, penso nos próprios são-tomenses, que devem viver na tranquilidade, na paz e na segurança.

Eu estava preocupado com estas medidas que foram aqui elencadas a nível da educação, porque eu inicialmente não tinha visto uma medida que eu tanto gostaria que fosse tomado em conta, para a melhoria da educação a nível do País. Fala-se aqui de algumas disciplinas: Matemática, Português, por aí fora. É importante, mas a medida que eu gostaria de ver elencada aparece na página 62, que diz: «Garantir uma reforma curricular que possa permitir a inclusão da Educação Cívica e para Cidadania.» Aquilo que assistimos em termos de criminalidade e comportamento nas ruas é consequência de um trabalho que não foi feito durante muitos anos. É consequência de um trabalho que não foi feito há muitos anos no nosso País, que é precisamente a inclusão da Educação Cívica e para Cidadania no currículo escolar.

Neste contexto, é preciso que quando preparar os manuais para a formação dos professores, que os próprios professores também sejam formados, porque se costuma dizer que quem não tem não pode dar. Eu não estou a dizer que os professores, de uma forma geral, não podem dar. Não é isto! Mas a educação começa na família, em casa, e continua na escola. Portanto, é preciso mobilizar toda a sociedade. Temos programas televisivos infantis e devem ter condimentos e estar virados para essa problemática de educação cívica e de cidadania.

Fico por aqui e muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Eu estou com dificuldade de perceber uma questão que, aparentemente, pode ser simples para o Governo, pode ser que o Governo ajude.

Eu, ontem, mostrei aqui o relatório do FMI, em duas versões, inglês e português, que dá nota negativa ao Governo, e não sabemos o que o Governo vai fazer. Qual é o milagre que o Governo virá eventualmente fazer para conseguir, até ao final do ano, a execução orçamental de mais de 94%? Não sei? Indo por esse ritmo, não sei se haverá alguma magia, aliás, até porque nós temos no Governo Jesus, não é? Por isso, quem sabe conseguem, até o final de Dezembro, atingir isso! Se conseguirem, será bom para o País, mas eu tenho aqui as minhas dúvidas.

Há aqui um aspecto sobre o qual várias pessoas já vieram aqui falar. Sr. Primeiro-Ministro, eu o conheço, porque trabalhamos juntos várias vezes, mas quero dizer-lhe que governar é uma espécie de corrida de estafeta. O Sr. Primeiro-Ministro deve saber disto, não é? Cada governo corre a sua etapa. Os vários governos fizeram-no, o senhor vai ter que o fazer. Se não conseguir, *na lefetá fá*. Nem toda gente consegue!

Nós fizemos questão de pedir ao Governo, não obstante a Mesa da Assembleia ter assumido que de facto o documento chegou, reconhecemos, porque afinal o Sr. Presidente da Assembleia representa os Deputados, mas chegou sem a assinatura do Sr. Primeiro-Ministro, mas já ultrapassámos.

Vimos a questão dos anexos, também conseguimos ultrapassar em partes, mas ficámos com um nó ainda na garganta, relativamente a dois anexos muito importantes. O Sr. Primeiro-Ministro deve ter a consciência de que os anexos do Banco Central e da Segurança Social são importantes. Estou a pensar que, se ontem não tiveram a disponibilidade para nos trazer, pelo menos hoje poderiam trazê-los. Porquê? Eu não sei se o senhor chegou a ter esse encontro ou não, mas me parece, Sr. Primeiro-Ministro, que o seu Governo teve encontro com a Associação dos Portadores de Deficiência, cegos e amblíopes. Fez muito bem, é bom. No entanto, teve o encontro, provavelmente deve ter dito muita coisa a esses nossos concidadãos, mas há aqui um aspecto muito importante. Nas GOP, o senhor elenca alguns aspectos, mas como não temos o orçamento da Segurança Social, estamos com problemas, não podemos ver se de facto aquilo que está cá, nas Grandes Opções do Plano, tem cabimento ou não no orçamento da Segurança Social.

Um outro aspecto importante, o Sr. Presidente da Assembleia já disse que não estamos na especialidade, mas há aqui uma situação. Nós quando discutimos na especialidade, não temos o privilégio de ter o Sr. Primeiro-Ministro. Dificilmente! Por isso, algumas das Sras. e Srs. Deputados, quando vêm cá, e fazem bem, colocam algumas questões, porque querem também que o Sr. Primeiro-Ministro possa ouvir. Eu digo isso porquê? Numa das discussões cá na Assembleia, nós registamos, vimos no nosso Orçamento do Ano Económico de 2018 a construção de uma estrada que ia de Mesquita até Milagrosa. Estávamos a

projectar reconstruir aquela estrada, mas o seu Governo reabilitou até Cruzeiro. Eu gostaria de saber se de facto há alguma perspectiva para continuar e levar a obra a Milagrosa. É só, não é por mal.

Também gostaria de relembrar que nós temos no Distrito uma situação lamentável, se bem que o País não é só Mé-Zóchi, é verdade, há necessidade de haver intervenção no troço de Bobô-Forro a Madalena.

Ainda no âmbito geral do próprio Orçamento, sabemos que a saúde está muito cara e está a ficar cada vez mais cara, em São Tomé e Príncipe. Por isso é que associei um pouco à questão das pessoas portadoras de deficiência, das pessoas da terceira idade, essas pessoas com quem o Ministro teve encontro, porque de facto, é preciso fazer alguma coisa para ajudar essas pessoas. Elas não têm como pagar a saúde como está! E nós tivemos aqui exemplo de alguém que faleceu, não sabemos se é por causa disso, mas porque tinha dificuldade em aceder a uma consulta, e depois ter como comprar medicamentos. Por isso, acho que há toda uma necessidade de se fazer alguma coisa, para melhorar as condições de vida das pessoas portadoras de deficiência e também das pessoas da terceira idade. Se calhar, não sei, pode ser questão de aumento da pensão. Se tivéssemos aqui o orçamento, saberíamos, mas quem sabe o Governo pode dizer-nos, se pretende ou não melhorar a pensão, porque de facto, aquilo que as pessoas recebem como pensão não dá para quase nada. Por isso, há necessidade de revermos essa política.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Antes de mais, gostaria de saudar o Sr. Deputado José António, falo o nome, sem receio, por ter citado a estrada de Bobô-Forro/Madalena, mas não é só isso. O senhor precisa andar mais em Mé-Zóchi. É Bobô-Forro, Madalena, Desejada, o troço todo. Entretanto, já estou a ver no Orçamento orientações para a especialidade, para a gente trabalhar a coisa. Não é só falar, é indicar de onde sair, não é? Então, isto está sendo feito, mas obrigado.

O que me traz aqui, acima de qualquer coisa, é que eu acho que é, no mínimo, um imperativo moral para connosco próprios. Cada vez que vimos aqui usar da palavra, temos que ter presente essa responsabilidade de dizer a verdade e somente a verdade para o povo de São Tomé e Príncipe. O Deputado Carlos Correia falou aqui dos encargos com viagens, e é por causa disso que eu pedi a palavra. Sr. Deputado, da forma como o senhor colocou, eu creio que o senhor está a tentar, de alguma forma, induzir o povo ao erro, porque o que está na tabela faz referência aos encargos gerais, todo o Estado de São Tomé e Príncipe. O senhor está a tentar passar a mensagem ao povo, dizendo que isto é do Governo somente. Errado! Não faça isso! O senhor é uma pessoa coerente, procure continuar sendo. Não faça isso, porque o senhor está a faltar com a verdade, e a nossa missão aqui não é fazer isto.

Nesta questão, eu gostaria de pedir ao Ministro dos Assuntos Parlamentares, ao exemplo daquilo que fez ontem, que venha aqui de novo e apresente detalhadamente como foi a questão dos gastos com viagens. É importante, porquê? Porque ontem a TVS não passou em directo e há tem muita gente que talvez não teve a oportunidade de ouvir. É bom que diga de novo, para as pessoas perceberem que não há espaços para inverdades aqui. Porquê? Ao ouvir o Deputado Carlos, eu fiquei com a obrigação de lembrar alguns aspectos. Eu ia primeiro implorar ao Sr. Primeiro-Ministro para nunca fazer uma viagem para ir assistir ao jogo da Copa do Mundo. Não o faça...

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

...a não ser que o faça com o seu recurso próprio. Mas com o recurso do Estado, negativo, não o faça. Ao contrário daquilo que os Srs. Deputados sabem que alguém fez. Não quero entrar em detalhes.

Entretanto, falando da questão dos gastos do etc., ouçam: nós todos acompanhamos, aqui nesta Casa Parlamentar, e é importante lembrar o povo isso, que o Governo anterior organizou o STP-London, o famoso governo que atraía investimentos, etc. Com o STP-London, montanha pariu rato. Aliás, como eu costumo dizer, nem *fingui* saiu de lá! Portanto, não venham com conversas.

Agora, sobre os projectos, eu gosto particularmente do Deputado Idalécio, que gosta muito de falar lá fundo, não vem aqui.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — A Marginal veio de onde?

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Venha aqui, Sr. Deputado.

Os projectos estruturantes que se fala deste País, nomeadamente o porto em águas profundas, o aeroporto, meus amigos, dizer que saíram da cabeça dos dirigentes ou dos ministros, ou do governo do ADI, é faltar com a verdade ou, no mínimo, ter um desconhecimento profundo daquilo que é realidade deste País. Todos os governos falaram disso. Todos os governos tiveram isso como preocupação. Então, não venham dizer que os senhores é que pensaram, por isso é que o Governo está a executar. Não façam isso! Sobre a questão do IVA, que é um imposto indesejado pelo «povo», estou a colocar entre aspas o povo, aí inclui todo mundo mesmo, a gente não gosta disso, mas é um imperativo. Eu, no dia em que se falou aqui do IVA, fiz lembrar à população são-tomense que, dos países africanos, apenas seis não tinham aderido ainda ao IVA. Duvido muito que vão conseguir, ao longo deste 2020, escapar disso.

Não havendo recurso, há que se disciplinar as Finanças, para encontrar forma de arrecadar! É básico! Olha, eu não entendo nada de economia, mas pelo menos eu acho que a gente tem que entender.

Eu gostaria de lembrar que alguém me acusou de gostar de história. Gosto! Eu gostaria de lembrar e refrescar a memória das pessoas que foi o governo do ADI o primeiro a trazer para a Assembleia o projecto de lei sobre o IVA. Quer dizer que sabem da pertinência disto. Então, não tentem pintar o IVA da forma diabolizada e atribuir responsabilidade ao Governo. É errado, minha gente! É uma responsabilidade nossa! O País precisa de ir por essa senda! Não vamos estar aqui com fintas e mais fintas!

Bom, Sr. Primeiro-Ministro, há um aspecto do qual eu gostaria, por último, de falar. Às vezes eu tenho acompanhado, nos telejornais, principalmente na RTP, Portugal está a fazer um combate muito sério ao aumento aos edifícios que estão cobertos com...como é quase chama aquilo?

Uma voz: — Lusalite.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Lusalite. E eu pude perceber que em São Tomé e Príncipe temos também alguns edifícios cobertos com isto. Principalmente escolas e alguns centros de saúde. Então, é um alerta ao Governo para poder ter isto em conta e começar já a desenhar forma de ir substituindo, porque aí está a causa de vários tipos de câncer que estão a aparecer.

Na Europa, já acordaram, estão a correr, e nós temos que necessariamente pensar nisto e com alguma urgência. É um assunto de saúde pública.

Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — É para dizer à Sra. Ministra Elsa, que falou sobre o projecto do porto do Príncipe, que ainda estamos à espera dos vossos projectos estruturantes para o País. Nós só vimos aqui projectos que o outro governo conseguiu mobilizar, e este da União Europeia do porto do Príncipe, Sra. Ministra, já tem calo! O Presidente Cassandra, desde o início do seu mandato, tem estado a bater por esse Porto, juntamente com a União Europeia, mas até hoje, nada! Deus queira que a senhora consiga! Eu gostaria que a senhora fosse ao Kuwait, à França, onde a senhora estudou, fez a sua licenciatura, – desculpem lá, a Sra. Ministra não está cá, nem tinha reparado – falar com Macron, para ajudar a mobilizar-se dinheiro para fazer o Porto do Príncipe. Vá ao Kuwait, aos Estados Unidos, à Alemanha, como fez o outro, para buscar dinheiro. A União Europeia não conseguiu até então, mas Deus queira que a senhora consiga!

Sra. Ministra, nós ainda estamos à espera dos vossos projectos estruturantes. Fica esta nota.

Outra questão, o Sr. Deputado Cotú falou de viagens. Sr. Deputado, eu falei somente de viagens do Governo, porque as viagens doutros organismos ficam na parte de transferência. Não ficam nesta rubrica.

Murmúrios.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDM-UDD): — O senhor falou da TOFE.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sim, TOFE. Está aqui, são encargos do Governo...

Uma voz do MLSTP/PSD: — Do Estado.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — ...do Estado, do Estado...

Murmúrios e risos gerais.

...do Governo em si, do Estado, todo governo. Sr. Deputado, o problema não está nas rubricas. O problema está naquilo que os senhores disseram em relação às viagens e naquilo que estão a propor, que já gastaram até então e que propõem gastar no próximo ano. Já não falo mais de viagens. É como eu disse antes, cada um vai tirar as suas ilações.

Eu estou à espera que o Governo responda às minhas perguntas, mas gostaria de frisar mais um assunto, sobre o qual o Governo tem feito grandes publicidades, em relação a pagamentos dos salários dos funcionários públicos, sem recorrer à banca. O Sr. Ministro das Finanças terá que nos brincar com algum esclarecimento sobre este aspecto, porque eu vou desenvolver esse assunto também.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Correia...

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Desculpe, Sr. Presidente, só mais uma coisa.

Gostaria de perguntar ao Sr. Ministro das Finanças se vamos ter o décimo terceiro e o décimo quarto este ano. Os funcionários públicos. Porque é de lei! Os funcionários públicos querem saber se vai haver o

décimo terceiro e o décimo quarto. Porque se falaram de herança, é mais uma herança que nós deixamos para Vossas Excelências.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Tenho pouco tempo, vou utilizar só 2 minutos, para repisar o problema do IVA: O Deputado Arlindo fez uma referência ao Governo, visão política dele que em 2020 nós podemos ter uma vida mais difícil, mas eu penso que o IVA não é culpa do XVII Governo, nem do XVI Governo. É um projecto do Banco Mundial e do FMI. Então, quero reflectir e dizer ao Governo que, se nos organizarmos, se conseguirmos fazer duas, quatro vezes mais, toda gente vai viver minimamente. Mas nessa lentidão de 2019, se procedermos da mesma maneira, vamos ter problemas. Se o Governo, junto ao povo, organizar o País, investir no capital humano, ir ao encontro da classe média, vamos ultrapassar as dificuldades. Vamos deixar de tudo, temos que trabalhar. De outra maneira, não há hipótese! Se alguém vem aqui e quer tudo sem o trabalho, não vamos a lado nenhum. Não sei que milagre o Governo pode fazer, para ter 200 000 habitantes sentados, sempre a reclamar, governo, governo.

Meus senhores, desde Caué até à Região Autónoma do Príncipe, nós temos que trabalhar, e vamos ultrapassar os problemas que advierem do IVA.

Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Estamos próximos das 13 horas, gostaria de propor o seguinte: tendo em conta que o Governo irá responder a várias questões aqui levantadas, deveríamos continuar o debate até às 14 horas e depois fechar.

Gostaria de colher o sentimento dos Grupos Parlamentares.

Se o ADI, o PCD-MDFM-UDD e o MLSTP/PSD estiverem de acordo, então vamos continuar até às 14 horas e depois fechamos o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Pinheiro.

O **Sebastião Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, só venho aqui para solicitar o Sr. Ministro da Saúde, não sei se está cá na Sala. Se não estiver, eu deixo para o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro, numa conferência que eu pude escutar, disse que não iria assinar a importação dos mosquitos transgénicos. Entretanto, vejo nas redes sociais, eu não sei se é verdade ou mentira, que vai ser assinado algo relativamente aos mosquitos transgénicos. Eu gostaria que me esclarecesse ou nos informasse se São Tomé e Príncipe vai importar, ou vai entrar nesse programa.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao Sr. Primeiro-Ministro ou a quem este indicar, para responder às questões aqui abordadas. Se não consumir todo tempo, antes das 14 horas, abriremos o espaço para outras inscrições, mas às 14 horas encerraremos o debate.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Muito obrigado, uma vez mais, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer todas as contribuições havidas, naturalmente as críticas, sejam elas construtivas ou não, os elogios, porque a democracia é mesmo assim. Só que fico com a impressão de que estamos a falar de diferentes países. Fico com a impressão de que cada um tem a sua ilha, dentro do mesmo arquipélago. Nós precisamos de maior coerência!

Deixem-me pegar o caso da continuidade do Estado, que é um problema geral. Se nós pedirmos hoje à Direcção do Planeamento, do Ministério do Plano e Finanças, e a Direcção do Orçamento, para fazerem o levantamento nos últimos 18 anos, pelo menos, de acções, actividades e projectos repetidos em várias legislaturas, o que tem acontecido é que somos muito bons a inscrever, mas depois não há implementação, porque falta dinheiro.

As mesmas acções e os mesmos projectos são repetidos em várias legislaturas e alguns morrem sem execução. Temos vários casos. Por exemplo, relativamente a Caué, e eu fiz parte de 3 governos diferentes, em 3 legislaturas diferentes, tenho alguma memória, há um dos grandes projectos, na altura, em 2005, com o financiamento líbio, Kadafi estava em vida, era o maior projecto em termos de escola secundária para Caué. As Direcções do Orçamento e do Planeamento que verifiquem isto. Esses estudos têm que ser feitos, para nós pararmos com esta espécie de batalha campal, porque afinal de contas estamos aqui para o mesmo objectivo e para resolver o mesmo problema! Estamos todos na cabeceira do mesmo doente que é São Tomé e Príncipe, para encontrarmos a melhor via, as melhores terapias para resolvermos os problemas. E toda gente sabe disso, não pode haver cinismo neste sentido.

Uma voz: — Muito bem!

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E penso que, de uma vez por todas, este trabalho deve ser feito, porque as universidades já existem, as teses são feitas, portanto, acho que, se as Direcções do Orçamento e do Planeamento não o fizerem, lanço o repto às universidades, para pegarem nos diversos Orçamentos dos vários governos, dos vários primeiros-ministros, para ver a execução e a implementação, porque cada um está a chamar a si a paternidade dos projectos.

Como eu me preocupo com a cultura de resultados, o mais importante é a execução, é colocarmos o projecto ao serviço de São Tomé e Príncipe, porque se tivéssemos capacidade financeira, técnica e a todos os níveis, para cumprirmos os vários projectos de várias legislaturas, seja durante os primeiros 15 anos, seja durante os últimos 28 anos de democracia multipartidária, não estaríamos aqui nesta situação, nesse muro de lamentações, perante este País onde falta tudo. Porquê? Porque tudo o que fizemos, todo o trabalho de inscrição e de aprovação dos orçamentos, não implementamos. É por isso que continuamos a falar dos mesmos projectos, o porto em águas profundas, a marginal, entre outros. O problema da energia, há muito que se diga a esse nível. Acho que temos que repensar, por isso que inicialmente falei de uma nova forma de fazer política.

Pego o exemplo da energia. Este ano, 2019, foi uma gestação de mais de 9 meses. Desde que este Governo entrou que está à busca de solução para a energia. Em relação aos geradores térmicos, só agora é que o parto vai acontecer. A primeira fase, os geradores estão a caminho, esses ditos três geradores, mas levamos quase 1 ano para que isso pudesse acontecer.

Em relação ao Príncipe, é exactamente a mesma situação de São Tomé, não importamos nenhum gerador até agora. Os que vão chegar, vamos distribuir o mal pelas aldeias. Há um gerador de marca Caterpillar, que vai para o Príncipe, e há dois que vão ser instalados aqui. Temos que continuar a trabalhar, como estamos a fazer, na aceleração da transição energética, porque os colonos deixaram as mini-hídricas, ninguém pegou, porque o paternalismo angolano estava a funcionar, mas a mama acabou, ninguém carrega ninguém toda a vida, nem mesmos os pais.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Portanto, os outros Ministros irão responder.

Em relação ao Sr. Deputado António Barros, respondi de forma muito abrangente à questão dos geradores.

Concordo com o Sr. Deputado Felisberto Afonso, de facto precisamos de trabalhar, sobretudo no sector real. Este País tem que ter crescimento, para depois haver distribuição ou redistribuição.

Neste momento, no CATAP, os vários parceiros intervenientes no sector real, sobretudo agricultura, pesca e pecuária, estão reunidos, precisamente para a coordenação das acções, porque estamos a falar do mesmo País e da mesma ilha, temos que sintonizar. Eles estão reunidos neste momento, para fazermos essa harmonização. Toda a gente tem que se colocar no mesmo cesto.

Em relação às GOP 2019-2020, naturalmente que com essas acções de continuidade. Ai de nós se cada um tivesse que recomeçar o seu próprio projecto, como se tivesse na sua ilha, como se os governos ou os primeiros-ministros fossem donos do Estado são-tomense. Estou aqui para servir, estou aqui de passagem.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Em relação ao julgamento, a história nos julgará a todos. Ninguém tem projectos próprios, é por isso que muita gente confunde o público e o privado e é isto que cria a corrupção neste País.

Vozes do MLSTP/PSD: — Muito bem.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Obrigado, Sr. Deputado Hermínio.

A Sra. Deputada Celmira Sacramento colocou o dedo no Sector da Saúde, mas vários outros deputados abordaram essa questão da saúde. De facto, sem saúde não há vida, e já repeti isso, não estaríamos aqui a fazer nada se os governos não pegassem a saúde em primeiro lugar. Precisamos de saúde, precisamos de vida para trabalhar, para desenvolver este País. Portanto, investir na saúde, inscrever projectos na saúde não é favor nenhum, é dever de cada um que está aqui, mas há vários problemas estruturais na saúde. Desde logo, claro que estou preocupado com os cuidados primários ao nível da saúde, temos que retomar novamente estratégias que funcionaram no passado. Dizem-me que de facto ao nível dos distritos há algum problema. Vou ver isso com o Sector da Saúde, para podermos visitar o que funcionou.

Relativamente à questão da especialidade, colocaram o dedo na chaga. Este é um dos nossos grandes problemas, só temos generalistas. Estamos a formar gente há 44 anos, precisamos de generalistas.

As mortes que têm havido nos últimos tempos são por falta de especialistas, mas não apontemos constantemente o dedo àquilo que os governos fazem ou não fazem. Temos que também ver aquilo que tem sido a falha de uns e outros.

Quantos especialistas temos em Portugal? Estou a dizer Portugal, como poderia falar de outros países. Cada vez que mandamos as pessoas se especializarem, já não regressam. É preciso haver patriotismo, temos que mudar um bocado de comportamento...

Aplausos do MLSTP/PSD.

...temos que dar um bocado mais a este País, temos que gostar um bocado mais deste País. Isto é um dever moral e cívico! Pelo menos 2 ou 3 anos, depois parte. Formar custa dinheiro. A saúde e a educação têm custos muitos onerosos e não sei se há muitos pais aqui que conseguem financiar esses estudos extremamente caríssimo. Portanto, é uma responsabilidade também de cada patriota, mas temos que começar, e já havia projectos nesse sentido. Posso dizer-vos que no Governo do Sr. Rafael Branco, creio que seja o XIII Governo, começámos esse processo com Cuba. Creio que 10 estudantes saíram em 2009, 20 em 2010, num total de 30 para Cuba, 10 para Venezuela, 40, e depois anualmente, a partir de 2011, 5 por ano. O objectivo era especializar partes desses estudantes, mas no nosso eterno recomeçar não houve continuidade. Para algumas coisas a continuidade funciona, mas para outras coisas a continuidade peca. Se houvesse continuidade nesse sentido, já teríamos especialistas a terminarem. Não tendo sido feito, alguém terá que pegar esse trabalho, e vamos pegar.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — A nova cidade teria sido feita.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E muitas outras.

Em relação ao Sr. Deputado Maiquel Santos e mais alguns senhores Deputados, que colocaram o problema da grelha salarial, outro grande dossiê que vai exigir coragem e determinação. Aí vamos ter que pegar o touro de frente e pelos cornos, sem medo.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Este país está a gastar, mensalmente, cerca de 4 milhões de dólares, que não tem, para pagar salários. O que dizer da distribuição, da justiça salarial? São daquelas coisas que toda a gente sabe, mas ninguém ousa colocar o dedo. Vamos também colocar o dedo nesta ferida, mas para isso é preciso envolver toda a gente, e estou à espera da colaboração de todos, os políticos em primeiro lugar. Porque nós os são-tomenses, talvez pelo emaranhado das nossas relações de consanguinidades, criticámos, mas quando o problema toca directamente na nossa família ou na nossa pessoa, recuamos. Já no anterior governo, tentou-se abrir um bocado o véu sobre isso, inclusivamente publicando salários, mas só isso não chega e só isso não deu para nada. Vamos ter que pegar nisso agora, e quero o envolvimento de todos.

Em relação à educação, há muito que se diga, e eu próprio, com costela da educação, sou o primeiro a ver a situação das crianças, inclusivamente ainda ontem assinei o documento enviado pelas Nações Unidas, relativamente ao engajamento do Governo concernente aos 30 anos da Convenção sobre os Direitos das Crianças (CDC). Mas temos que fazer muito mais, uma ampla rede além da protecção social, uma ampla rede de jardins e creche de todo o tipo, jardins comunitários, porque é preciso que também não se pense que o Governo vai resolver tudo deste País, inclusivamente, até nas formações, as famílias vão ter que ajudar o Governo. Portanto, o papel das famílias não é só colocar os filhos no mundo, para que o Governo assuma tudo a 100%, e que cada um resolva os seus problemas pessoais.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Relativamente à classe e ao tecido empresarial, de facto estou preocupado e alguma coisa vai ter que ser feita neste sentido. A administração pública e os funcionários são importantes para administrar, mas não produzem riqueza real. Precisamos de actores que possam produzir riquezas, para alavancar o País, e tem sido amplamente repetido.

O Sr. Ministro das Finanças depois vai falar de alguns projectos, como o Programa Compacto e outros, a própria Índia, há algumas intecções, mas, enfim, ele falará com maior propriedade. Precisamos de continuar a incentivar sobretudo as pequenas empresas, as iniciativas, o empreendedorismo, as incubadoras, enfim, a própria educação ao nível do ensino técnico profissional terá que mudar um bocado de paradigma.

Falou-se aqui do lixo, da imagem da cidade, de facto é uma questão de fundo, estrutural.

Ainda na semana passada, inaugurámos duas incineradoras: uma no Príncipe e outra em São Tomé, para os lixos sanitários, são esses lixos hospitalares, mas há os lixos orgânicos que atiramos todos os dias atrás das nossas casas, nas nossas praias. Há vários projectos neste sentido, estamos a articular também com o poder local, no sentido de resolvermos essas questões que são transversais e que tocam praticamente todos os distritos.

Não entrei nas viagens, foi aqui bastante repetida, quero vos dizer e com toda a sinceridade, realizei cinco viagens e, se quiserem, o melhor é ver-se à lupa cada sector. Possivelmente também terei que fazer esse exercício. Mas no que toca à prematura, é de fácil comparação. Fui a Angola, China, Etiópia, Marrocos e Roma, quando fui assinar o programa de saúde e nutrição escolar, e em cada missão dessas, como

sempre disse, para mim a viagem não pode ser uma despesa, tem que ser um investimento. Sair desta ilha é para ir buscar dinheiro, ou já, ou a médio prazo, ou a longo prazo.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul** (Osvaldo Vaz): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Srs. Deputados, se alguém me orientar para falar de medicina, vou falar e cometer erros, não mereço perdão?

Uma Voz: — Merece.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Porque sou inocente. De vez em quando, fazemos papel de inocente, sem darmos conta de que somos inocentes, porque não estamos a falar daquilo que aprendemos, mas sim daquilo que nos mandam a falar, e cometemos erros. O que quero dizer com isso? Até hoje, mesmo o ano que foi um ano difícil de honrar os compromissos com a ENCO, que foi no ano passado, o valor ultrapassou os 500 por mês, porque 500 por mês dá 6 milhões, e no ano passado foi 7.5 milhões. Todos os anos são valores altos, e eu não diria que é para pagar a SONAGOL com este valor. Temos obrigações para com a EMAE e a EMAE pagar a ENCO. Reconhecemos que há problema de divisas. Quem estiver a falar disto, antes de falar, o País é aberto, pede um histórico. Todos temos militantes e simpatizantes por tudo que é administração do Estado e quem quiser veja isso e vai saber.

Mesmo com dificuldades, o País sempre fez alguns pagamentos. A facturação da ENCO ultrapassa os 30 milhões. 6 milhões ou mais do que isso, sempre pagou, mas ainda é pouco. 500 000 multiplicado por 12, dá quanto? Porque temos um compromisso com a EMAE, isso está registado no nosso programa com o FMI e tínhamos que prometer fazer pagamento à EMAE e ela pagar a ENCO, e pagamos em dobras. Dissemos que iríamos pagar cerca de 500 000 dólares por mês. Vão ver os pagamentos que foram feitos à EMAE pelo Estado, verão que, em Outubro, pagámos 20 milhões, em Novembro, pagámos 20 milhões, quase 1 milhão de dólares. Estamos a fazer isso, porque temos um compromisso com o FMI. Por isso que acho que quando estamos a falar, não vale a pena ouvirmos e transmitirmos, temos que fazer análise.

Vou responder ao meu amigo, o Sr. Deputado Arlindo Ramos, que não está cá, porque as perguntas são muito objectivas e merecem respostas. Na análise macroeconómica, para aqueles que disseram que o conhecimento é zero, quem não sabe é como quem não vê, há três ópticas para calcularmos o produto interno bruto: óptica do produto, da despesa e dos rendimentos. A sua especialidade de quem está a falar macroeconomia, não é gestão. Dentro da macroeconomia está finanças públicas, é uma cadeira, pode especializar-se. E na óptica da despesa a fórmula é: consumo, investimento, gastos de governos, exportações líquidas. Estou a dizer o seguinte: falamos de 4% de crescimento, estou a explicar isso para justificar onde queremos chegar com os 4%. E na definição do próprio produto interno bruto, elencamos um conjunto de investimentos concretos, e estamos a pôr 4% porque queremos ser modestos. Temos a estrada n.º1, só colocamos a parte que poderá ser desembolsada no ano 2020, estou a falar de investimento. Temos o caso da oleaginosa, que vai entrar em produção, vai ser inaugurada dentro de dias, e uma rubrica importante do produto interno bruto é a exportação, lá está. Neste processo vão criar novos empregos que também vão influenciar no produto interno bruto. Não estou a falar de outros novos investimentos, porque esses pequenos podem não ter grande impacto, muitas vezes são os mesmos trabalhadores, mas é sempre um investimento, em termos de investimentos. Por isso, até 4%, achamos que é modesto, desde que esses investimentos concretizem. Temos o caso da marginal, que está em análise, mas água mineral é algo concreto.

Relativamente à taxa de inflação, em 2020, haverá uma subida de inflação, primeiro, pelo caso do IVA, os preços vão subir, a partir de 2021, para a parte do IVA, não vai acrescentar mais. Porque para além disso os preços vão subir, quando há investimentos, há mais emprego, há uma massa salarial que aumenta no País, então isso contribui também para afectar a subida do preço. Mesmo assim, essa taxa que prevemos para 2020 acaba sendo inferior à taxa de 2018, que era de 9%. Estamos a prever para este ano cerca de 6.6%.

Relativamente à taxa de emprego, sempre fazendo uma análise muito modesta, porque a nossa economia é muito vulnerável, estamos a ver essas actividades novas, criando esses empregos, estamos a fazer uma redução de cerca de 0.7%. Vejam o número da população e quantos empregos podem ser utilizados. Na execução, se for a mais, até será melhor para todo mundo.

Relativamente ao sector privado, que é a nossa grande preocupação, assinamos o Compacto Lusófono, e para São Tomé houve um pequeno atraso, porque quando se assinou o Compacto Lusófono, ainda no governo cessante, assinaram no global, o pacote que estava definido era que cada projecto, no mínimo, seria 30 milhões. E tivemos algum tempo de negociação com o BAD e o parceiro Portugal que servirá de garantia, para São Tomé não dá para ser 30 milhões. Em São Tomé, pequenas e médias empresas

também precisam funcionar. Infelizmente reduziram, já assinamos o acordo com o Compacto e agora vamos trabalhar no sentido de materializar isso. É este o processo.

Recebemos uma nota de Índia, porque mandei cartas para vários países: França, Inglaterra, Estados Unidos, Índia, Angola, todos os países, pedimos apoio para o sector privado. A Índia já respondeu, dizendo que vai dar uma linha de crédito de 100 milhões, em nota escrita, estamos a ver com as autoridades que tipo de taxa tem que aplicar para o sector privado. E APCI está em negociações com os bancos, fundamentalmente o BISTP, para analisar a possibilidade de financiar-se as pequenas e médias empresas do País. Se o sector privado não funcionar, não vamos conseguir. Isso é claro e não temos como.

Durante 9 meses estivemos muito focalizados no processo do FMI e do Banco Mundial, o que nos comeu muito tempo.

Sras. e Srs. Deputados, também venho falar, pela última vez, das viagens. Espero que seja mesmo a última vez. De acordo com o mapa que está cá, o executado de Setembro foi 9.440, em 2018. Em 2019, foram 8.294, executado. Em 2020, a estimativa que temos é ainda inferior à de 2019. Em 2020, a estimativa do Governo, temos um valor estimado, porque aqui já está o total. A Presidência da República, a Procuradoria, todos entram aqui e a experiência que tivemos este ano, pelos valores que tínhamos que gastar para as viagens, que para mim acho o que a Presidência tinha para viajar ainda é pouco, tínhamos que ter uma estimativa para cobrir essas falhas dos sectores que, comparativamente aos outros anos, a viagem era fraca, para compensar, e tínhamos que compensar isso. Um Presidente da República, ao viajar para o Estados Unidos, não pode ir de qualquer forma. Está a representar o País. Tem que ir e não vai sozinho, tem que se fazer acompanhar de um aparelho forte, o que pressupõe que o custo seja muito alto, mas é muito alto mesmo. Dei um exemplo concreto, e também há outros sectores. Por exemplo, temos os Tribunais, que muitas vezes também fazemos isso. Ministério Público já depende do Governo, directamente, estamos a tomar medidas com os ministérios, é verdade, mas vejam a execução e façam a análise com a execução.

O Sr. Deputado falou do saldo global. Faça a análise por completo. Só fez a análise de uma das rubricas do financiamento, que é receitas não efectivas, que deu 190, mas veja como está composto o financiamento. Há mais outras rubricas em baixo e, quando o número é negativo, soma, o saldo dá 88, comparativamente ao que está lá. Se precisar que eu explique cada uma das rubricas que estão em baixo, não há problema nenhum que faço chegar.

Uma Voz: — A questão da responsabilização, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Tomei boa nota disto, em termos dos sectores.

O Sr. **Presidente:** — Tem palavra o Sr. Ministro das Infra-estruturas.

O Sr. **Ministro de Infra-estrutura, Obras Públicas, Recursos Naturais e Ambiente** (Osvaldo Abreu):— Gostaria também de aproveitar para contribuir e esclarecer algumas questões que foram colocadas. Gostaria de começar pelo Deputado António Barros, que falou de imediato. O imediato está localizado, porque agora com as novas tecnologias pode-se localizar as embarcações a navegar, nós temos exactamente onde a embarcação se encontra e quando ela deverá chegar ao nosso País. Está prevista a chegada para o dia 12 e todos os expedientes a serem feitos para que de facto o Governo alugue uma embarcação para que de imediato chegue à ilha do Príncipe e entre de imediato na rede.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Em relação à questão das estradas para o Sul e para o Norte, que foi levantada pelos Srs. Deputado Mário, André e pela Sra. Deputada Beatriz Azevedo, ontem, e também o meu primo Américo, em relação ao Norte, no âmbito dos projectos de continuidade de Estado, nós encontramos o projeto na sua fase quase de conclusão, até Guadalupe, concluímos o processo, o concurso foi feito e o relatório entregue ao Banco Mundial, há mais de 1 mês. Estamos à espera, porque há factos em que a assistência dos nossos parceiros decide sobre o resultado do concurso, para que possamos assinar o contracto e começar as obras. Mas há esse em relação ao qual o Banco Mundial deu início às negociações com as nossas autoridades, nomeadamente os Ministérios das Finanças, e das Obras Públicas, para começarmos o processo de um pouco mais, de Guadalupe até a Praia das Conchas, de Neves a Santa Catarina. Este processo já está em curso, em termos de formalidades, vai levar o seu tempo, naturalmente, mas já há o engajamento de que, tanto quanto for da nossa responsabilidade, faremos com que o mesmo seja de facto materializado o mais brevemente possível.

Quanto à questão de erosão no Norte, temos várias outras obras. Temos uma penetração costeira extremamente preocupante, estivemos lá e neste momento está na fase de concurso público nacional. É o processo da empresa que deverá fazer a intervenção.

Nós também temos a questão de desassoreamento de rios, o concurso está na fase final para o Rio Contador. Outras pequenas obras da zona Norte estão em concurso ou em processo de execução.

Para o Sul, todos ou quase todos estamos recordados, talvez alguns mais novos como o Maiquel...

Risos gerais.

... em 1999/2000 como o nosso País era intransitável entre a Cidade Capital e Porto Alegre, a Cidade Capital e Santa Catarina, e o que foi feito naquela altura por uma das empresas de Herlinguer, para que se pudesse abrir aquelas estradas. Como é natural, a zona Sul é extremamente intensa em termos de trânsito, pluviosidade e não só, a degradação foi rápida. Conseguimos, com a Cooperação Portuguesa, reabilitar até a EMOLVE, foi no XIII Governo, do Dr. Rafael Branco, e ficamos com a outra parte por fazer. Várias tentativas têm sido feitas por vários governos para podermos finalizar essa outra parte da estrada, que é bastante dispendiosa. Fez-se as obras da Estrada n.º 3, da Cidade Capital a Monte Café, e não temos conseguido, até agora, mobilizar recursos suficientes para a repararmos. Por isso é que nós começamos um processo de diálogo com parceiros que lá estão, falamos com o Grupo Pestana, teremos essa cooperação, vamos falar com a EMOLVE e, através de recursos próprios, também faremos intervenções pontuais e talharemos os sítios mais críticos. Entretanto, tal como foi feito com outros governos, continuamos as conversações com os nossos maiores parceiros, para encontrarmos uma solução definitiva, tal como está sendo equacionada agora com a zona Norte. Esta é a nossa obrigação e vamos continuar a fazê-lo.

Aproveito para responder à questão sobre Bôbô-Forro/Madalena, está na mesma equação. É uma obra que nós encontramos com o engajamento chinês e que continuamos a bater para que se efective. Entretanto, será das primeiras obras em que faremos a intervenção, em termos de paliativo, no ano 2020, tendo em conta que para este ano vamos começar a terceira campanha de tapagem de buracos na Cidade Capital, que é necessário. Fizemos em Janeiro, Maio e Junho, para cobrir aquela fase do evento do Príncipe, sobre os 100 anos, e o 12 de Julho. Agora, temos de o fazer para a quadra festiva, e voltaremos a fazer. Nós resistimos, porque não é nossa opção tapar buracos. Nós já sabemos, eu tenho cá o orçamento, aquilo que gastámos este ano, tapando buracos. Os buracos são como uma manta velha, a gente cose num lugar, abre noutra. O tapete está cansado. Pode parecer outra coisa, o que é dito nas redes sociais e não só, mas há uma estratégia em deixar alguns ou muitos buracos na estrada. Há uma estratégia, porque nós não temos dinheiro próprio para refazermos todo o tapete e a sua respectiva drenagem. Vamos começar, como dissemos, na próxima semana. Já começamos a organizar, para redistribuirmos os táxis na praça de táxi, queremos fechar aquilo para aquela obra. O concurso já está concluído, a empresa selecionada, o COCIL, concluiu também o processo de avaliação, a dimensão da intervenção é muito grande, não só na praça de táxi, na TAP, na cintura do Mercado Municipal, toda a cidade.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Os pequenos saneamentos.

O Sr. **Ministro de Infra-estrutura, Obras Públicas, Recurso Naturais e Meio Ambiente**: — Os pequenos saneamentos. Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

E para sermos ouvidos, precisamos mostrar o problema. Eu não queria entrar em detalhes, porque já batemos muitas portas e a resposta que recebemos dos parceiros é: «nós não tapamos buracos». Então, continuamos a tapar os buracos, estamos a tapar o problema. E não queremos tapar problemas. Então, há aqui um equilíbrio que estamos a tentar fazer, para atrair investimento para esta situação. Temos algum engajamento neste momento com o Governo da República Popular da China, mas, enfim, é uma estratégia. A mesma está a ser utilizada também para o Sul, e conseguimos o engajamento necessário para fazer uma coisa bem-feita.

Sobre o empreendedorismo, a intervenção dos empresários nas grandes obras, preocupação que foi levantada pelo Sr. Deputado Amândio, concordamos perfeitamente. Quando tivemos a oportunidade de negociar o crédito com Angola, esta situação estava completamente salvaguardada. No termo de referência que elaboramos de raiz para essa parte do porto de águas profundas, esta questão está salvaguardada. No que depender de nós, vamos fazer todo o necessário para que as empresas, o empresariado local, sejam completamente consideradas nesses grandes projectos. Entretanto, muitos deles não são da nossa autoria. Somos beneficiados, mas não temos voz na elaboração total do processo. Assistimos ao esforço que o Sr. Primeiro-Ministro fez, quando alguns empresários foram lá ter, reclamando o critério exigível, neste momento, para a Estrada Nacional n.º1, que excluía as empresas nacionais da dimensão da obra que foi lançada. Continuaremos a bater para que as obras da orla costeira e de protecção da Marginal tenham alguma forma de intervenção local. É a nossa obrigação, como existe, por exemplo, a Lei de Recursos Petrolíferos, que salvaguarda perfeitamente esta situação.

Concordamos e estamos abertos para falar consigo. Disse que está disponível para ajudar, por favor, procure por nós, que queremos essa ajuda.

Sra. Deputada Alda Ramos, Bôbô-Forro, sim, temos alguns pequenos concursos em conclusão e o paliativo que o Sr. Primeiro-Ministro exigiu, desde o início, para que nós déssemos outra roupagem à imagem da nossa Marginal; os balaústres e alguns blocos que estão muito feios e não temos ainda a certeza concreta de quando é que teremos início das obras dessa grande dimensão. Estão previstas para o segundo semestre do próximo ano. Entretanto, temos um concurso de pequena dimensão para este trabalho e também para Bôbô-Forro. O processo está na COCIL, para o seu procedimento normal, e assim que os procedimentos concluírem, teremos o início das obras para a expansão da capacidade em Bôbô-Forro. Pelo que está feito, nós estaríamos a procurar mais problemas, se fossemos agora procurar a

mobilização e a transferência dos comerciantes da cidade para Bôbô-Forro. Queremos fazer uma coisa mais completa e que dê resposta de facto àquilo que temos quanto à situação crítica, e o faremos, quando tivermos as condições ali criadas.

Posso também informar que estamos em conversações com as petrolíferas, para que aquela localidade, que tem uma capacidade de cobertura de cerca de 1 hectare, seja coberto de painéis fotovoltaicos e seja autossuficiente em termos de energia eléctrica. É um trabalho que nós estamos a fazer, e nós acreditamos que sim, que as empresas que financiam esses tipos de actividades nos apoiarão neste sentido.

Sra. Deputada Bilaine, o lixo, o saneamento de meio, tem-nos roubado muita atenção, e nós temos dito nos nossos relacionamentos com os parceiros que é das preocupações mais importantes, depois da energia, que temos aqui no País. Esta imagem degradante, deplorável, que temos nas nossas ruas, e que fica muito visível para aquilo que queremos, não devia ser para o País turístico que estamos a construir. Temos várias alternativas de solução, e uma delas que eu acredito vem da utilização do lixo como fonte energética. Temos um projeto, também é de continuidade, em que está previsto produzir 12 megawatts de energia com biomassa, e a capacidade de lixo já reservado na lixeira é suficiente para produzir a energia durante 3 anos, segundo o cálculo já feito. E já tivemos encontro com todas as câmaras, os empresários, a organizar o sector de recolha, os meios disponíveis, para que possamos instalar essa central de biomassa aqui em São Tomé. O processo administrativo, contratual, também está a ser feito pelos nossos quadros, com a ajuda dos consultores do BAD e do Banco Mundial. Pensamos concluir o quanto antes possível, a empresa comprometeu-se em colocar contentores e meios para a recolha de lixo em todo o País, porque é o recurso que a empresa precisa para produzir a energia que nos vai vender depois. Portanto, faz parte de diferentes soluções que nós estamos à procura, mas também é uma zona de intervenção partilhada com as Câmaras. Portanto, nós sempre fazemos isso em concertação com as Câmaras Distritais.

Geradores do Príncipe, nós já falamos. O Sr. Deputado Carlos Correia foi perfeitamente respondido pelo Deputado António Barros, sobre a questão de 24 horas. Bem, não vamos repetir novamente esta situação.

O porto do Príncipe sim, nos preocupa, e concordo com a opinião de que é uma situação que vem de algum tempo. Temos a proposta da União Europeia de novo espaço para esta intervenção, temos o cais actual e há uma terceira opção que nos foi apresentada pelos operadores da embarcação que está agora a iniciar o transporte regular com o Príncipe, que nos propõe construir um cais simples de britas, para que o seu barco possa ter acesso, não a este existente. É uma questão muito mais rápida e a mesma empresa pode fazer intervenção, naturalmente com o apoio necessário do Estado.

Mas eu gostaria também de informar, e está no documento de termo de referência para o porto de águas profundas, que há uma menção ao porto do Príncipe, que nós dissemos que, como é um concurso público, será dada uma atenção especial àqueles proponentes que colocarem, em alternativa ou como projectos adjacentes, a solução da questão portuária na ilha do Príncipe. Portanto, aquele termo de referência também faz menção a este importante assunto.

O Deputado Américo Pinto falou de balneários, concordamos perfeitamente e queremos aproveitar, Sr. Presidente, este tempo para...

Uma voz: — N.º1, Lembá.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente: — Já falamos da Estrada Nacional n.º1.

Queríamos concluir com duas questões simples. A primeira tem a ver com investimentos. É certo que, quando olhamos para o Orçamento, e foi aqui contestado por vários Deputados, estamos a ver a questão de investimento numa outra óptica. Temos várias intervenções previstas no sector energético, não só do porto, que deverá trazer uma intensidade bastante considerável de investimento estrangeiro para o País. Porquê digo isto? Porque é um processo que está bastante avançado com o Banco Mundial e o PNUD. Já vimos nas redes concurso público para a construção de hidroeléctricas, mini hídricas, e este processo vai levar-nos, primeiro, à reabilitação da mini hídricas de Contador, que está na sua fase, enfim, com os nossos parceiros, com uma projeção de 19 milhões de dólares; temos Rio d' Ouro, que já conseguimos reabilitar o existente em termos de 300 quilowatts, que deve entrar na rede a qualquer momento, mas com uma capacidade de ampliação para 1200 quilowatts, ou seja 1.2 megas.

O Guêgue também será reabilitado pelo mesmo operador, mas também teremos intervenção no rio Papagaio, financiamento garantido.

Temos o projecto concluído, para ir ao concurso, de Bombaim, Lô Grande, Chunfi-chunfi, Santa Helena, Lembá, e até primeiro trimestre do próximo ano todas essas linhas de água deverão estar no concurso, para que os investidores possam fazer o seu investimento. Todos nós sabemos, aqui é bastante público, que temos recebido muitas propostas da parte dos parceiros internacionais, para intervir na área energética. Muitas! Na área térmica, na área fotovoltaica e na área hídrica, mas estamos a privilegiar fotovoltaica e hídrica. Naturalmente, pela limitação das nossas ilhas, a fotovoltaica requer muito espaço. Ao longo do próximo ano, devemos começar a construção de três centrais fotovoltaicas, num total de 30 megawatts, 10

cada, e vão levar-nos cerca de 70 a 100 hectares. Portanto, é uma alternativa custosa, do ponto de vista de ocupação do espaço.

Temos muitas propostas para a construção de térmicas, usando gás, mas foram recusadas, porque nós dissemos: «para diesel, basta!» Nós já não aceitamos investimentos com diesel aqui no nosso País.

Portanto, é uma série de intervenções que acreditamos que deverá nos ajudar a alavancar a economia e deverá nos ajudar a criar empregos.

Sr. Presidente, termino falando da continuidade de Estado. Alguns de nós aqui presentes somos parte, afortunados ou não, de dois governos alternados, XIV, XVI, XV, XVII. Tenho cá alguns colegas, nos Grupos Parlamentares do ADI e do MLSTP/PSD, e o Sr. Primeiro-Ministro conosco também partilhou esta oportunidade. Quero dizer o quê? Sr. Presidente, gostaria que me permitisse fazer a seguinte pergunta aos Deputados: como consideram ter sido possível o ex-Primeiro-Ministro ter inaugurado uma série de obras, quando somente tinha poucos meses de função, em 2014 a 2015?

Uma voz do ADI: — Quais são as obras?

Uma voz do MLSTP/PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente:** — Eu as tenho inumerado, porque fui um dos que trabalhei nelas e as deixei...

Uma voz: — Esse homem trabalhou?

O Sr. **Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente:** — Entrou, começou a inaugurar obras, e foi batizado de messias, porque fez milagres. Isto foi possível, Sras. e Srs. Deputados, devido a continuidade de Estado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

E é justamente o que estamos a dizer! Há uma continuidade de Estado, há projectos que são aproveitáveis, que nós temos que concluir, e há outros que não.

Sr. Presidente, lamentamos, em nome deste povo mártire, a razão que desconhecemos de se ter anulado a expansão urbana Gongá/Santo Amaro, com todo financiamento garantido. Lamentemos, mas, enfim, foi uma opção feita, e disseram-nos que tinham alternativas, e estamos à espera.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente:** — Obrigado, Sr. Ministro de Infra-estruturas.
Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado para a Comunicação Social.

O Sr. **Secretário de Estado para a Comunicação Social** (Adelino Lucas): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Ilustres Deputados, Srs. Membros do Governo, boa tarde.

Eu serei curto, venho mais por causa duma preocupação que foi levantada pela Sra. Deputada Beatriz, de Caué.

Na verdade, após a sua intervenção, tive o cuidado de contactar o indivíduo que toma conta lá dos nossos retransmissores, em Caridade, o Sr. Ostire Cosme...,

Uma voz: — *Soledade.*

O Sr. **Secretário de Estado para a Comunicação Social:** — Soledade, e ele disse-me que a Sra. Deputada lhe tinha telefonado, a partir daqui. Reparem bem, São Tomé e Príncipe, neste momento, tem cobertura nacional, da rádio e da televisão. Estamos a cobrir o País inteiro.

A Sra. Deputada, ontem, desafiou o Sr. Primeiro-Ministro a produzir um encontro também com a sociedade civil, à semelhança do que aconteceu no Hotel Pestana, porque assistiu à televisão, em Caué. Portanto, a emissão está no ar.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Na verdade, coloca-se um problema de alimentação...

Uma Voz: — Em São Tomé?

O Sr. **Secretário de Estado para a Comunicação Social**: — Sim, sim. Há um problema de alimentação. Todavia, em concertação com o Sr. Presidente da Câmara Distrital de Caué, já encontramos meio caminho para solucionar esse problema. A Câmara entrará com 50% e a Secretaria de Estado da Comunicação Social entrará com outros 50%; estamos a falar de qualquer coisa como 200 a 300 litros de gasóleo por mês. Entretanto, de algum tempo a esta parte, aumentamos as horas de retransmissão da nossa televisão. Como é que conseguimos isso? Foi fácil. No mercado interno, adquirimos baterias secas, estão lá, durante o dia os painéis carregam e já é possível terem mais horas de emissão.

Acreditamos que assim que for resolvido o problema de alimentação de energia pela EMAE, será em *full time*, 24 sobre 24 horas, como em qualquer outra parte do mundo.

Um parêntese apenas para dizer que Ribeira Afonso é, neste momento, a única localidade do País, onde, de facto, a qualidade não é melhor. E eu digo porquê? Porque se tentou mexer com os emissores. É um bocado o que disse o Sr. Ministro das Finanças, muitas vezes o médico quer mexer onde não entende, e desaliou-se o sistema. Portanto, esses equipamentos não se compram nas casas comerciais, tem-se que mandar fazer, com referência, com frequência, a amplitude de vozes e tudo mais, componentes técnicas próprias. E nós pedimos à Cooperação Portuguesa o equipamento, que foi enviado a Portugal, está pronto e a todo momento estará em São Tomé. Deveria ter chegado na semana passada. É um retransmissor específico para Caridade, penso eu que é Caridade, um pouco a cima de Ribeira Afonso. Ouso admitir que poderá chegar mesmo amanhã. Eu, pessoalmente, estive agora em Portugal, fui ver o equipamento, *in loco*, está pronto, fizeram os testes de bancada e funciona em pleno. Portanto, a Ribeira Afonso o equipamento chegará a todo momento.

Há um outro problema que poderá eventualmente ser colocado, em relação a Lembá, mas também tem a ver com a fonte de alimentação, energia. Estamos em concertação com duas operadoras: a CST e a UNITEL, para injetar alimentação de energia para aquele problema. Mas, já agora, se me permitir, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente, porque estamos em sede da discussão do Orçamento Geral do Estado, nesses 12 meses, foram feitos investimentos sérios e com sentido de responsabilidade na Comunicação Social. Porque, entendemos que dos eixos fundamentais da governação, o fortalecimento da democracia é um dos pilares, e não há democracia sem liberdade de imprensa, sem liberdade de expressão. Nesse capítulo, decidimos fazer investimentos sérios, na Rádio, na Televisão, na agência STP-PRESS. Aliás, penso eu que a 5.^a Comissão da Assembleia visitou recentemente a Rádio Nacional, de certeza que ficaram pasmos ao verem aquilo que se fez. Eu ousou dizer, pela primeira vez na história de São Tomé e Príncipe, 44 anos depois, há um investimento sério na Rádio Nacional, há uma modernização interior do edifício da Rádio, para responder às novas demandas, nós estamos a emigrar para as TIC, e é necessário preparar a casa para esse novo formato, esse novo exercício.

Recordo que, aquando do estado da Nação, lamentámos uma situação, quando chegámos encontrámos a Televisão sem câmaras e sem viaturas, este problema, felizmente, nós superámos, e devo só acrescentar que há uma intervenção também na nossa Televisão, já conseguimos cobrir os estúdios onde se produz o telejornal, as obras continuam, estão paradas um bocado, porque a empresa que tem as obras em mãos não tem as telas necessárias para este tipo de cobertura, todavia, os trabalhos continuam. Posso avançar agora a firma Ponta Douro, que é dos Deputados do ADI, vai importar viaturas para a Comunicação Social.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Temos 6 minutos, para concluir o debate, podemos dar palavra a um Deputado de cada Grupo Parlamentar, se for o caso disso, para concluir o debate.

Portanto, qual é a opção?

Um Deputado de cada Grupo Parlamentar.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, direito a resposta.

O Sr. **Presidente**: — Não há direito a resposta, salvo se quiser pedir esclarecimento.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Secretário de Estado, quando eu coloquei o problema, era para saber se no Distrito de Caué a população está a apanhar a transmissão directa que está a ser efectuada neste momento. Foi essa a minha intervenção. Eu disse que apanhávamos a emissão da TVS que entrava no ar, a partir das 18 horas. Mas neste momento, em que a população de São Tomé e Príncipe, em geral, está a

acompanhar a TVS, nós não temos! É esta a minha preocupação, porque esses debates não são feitos todos os dias.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sra. Deputada.
Esta feito o pedido de esclarecimento.
Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, é uma coisa rápida.
Eu ouvi o Ministro de Infra-estrutura falar em tapagem de buracos, é um trabalho com que estão a gastar dinheiro desnecessário, mas falou duma questão que me levantou alguma dúvida. Há um projecto para toda a Marginal, um projeto grande que já está concluído e já há financiamento, etc. E eu pergunto: porquê gastar dinheiro para recuperar os balaústres, se o projeto já está? Por que não esperar que o projecto inicie? Vamos gastar o dinheiro, depois virá o projeto. Esse dinheiro podia ser utilizado para outras coisas.
É uma sugestão.

O Sr. **Presidente**: — Encerramos o capítulo de pedidos de esclarecimento, temos mais 3 minutos.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Interpelação à Mesa?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Pedido de esclarecimento à Mesa ou ao Governo?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — O Sr. Presidente disse aqui que iria dar direito a uma pessoa de cada Grupo Parlamentar, para poder intervir.

O Sr. Deputado Arlindo Ramos foi fazer um pedido de esclarecimento, não interveio. Eu já tinha pedido a palavra, muito antes, e o Sr. Presidente está a querer fechar o debate, sem que possamos intervir. É isto que eu gostaria de pedir ao Sr. Presidente encarecidamente, porque tenho aqui assuntos de bastante relevância, que gostaria de ter um tempo para os expor à Nação.

É para isto que eu chamo atenção.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, às vezes a precipitação põe-nos a cair no erro.

Uma voz: — Ham!

Uma voz: — Muito bem.

O Sr. **Presidente**: — Em momento algum a Mesa considerou a intervenção do Sr. Deputado Arlindo Ramos como intervenção do Grupo Parlamentar do ADI.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Eu fico a aguardar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia, tem 3 minutos.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de chamar atenção para um pormenor que disse aqui o Ministro das Finanças. Sr. Ministro das Finanças, nós os Deputados do Grupo Parlamentar do ADI temos assessoria, mas Comissões da Assembleia, no Partido e estamos abertos para qualquer tipo de assessoria. Agora, se há pessoas que dispensam assessoria, isso é problema delas. Eu, enquanto Deputado, aprenderei todos os dias.

Segundo aspecto, para as pessoas que às vezes zombam de alguma gralha que os Deputados cometem aqui, isto é normal. Sabem porquê? Eu não sei se os senhores conhecem o Engenheiro António Guterres, português, que hoje desempenha a função de Secretário-Geral da maior organização do mundo. Esse Engenheiro António Guterres foi o melhor aluno de engenharia na época dele, em Portugal. Quando foi Deputado, cometeu várias gafes, mas não é por causa disso que iria deixar de ser melhor aluno da era dele. E o Sr. António Guterres foi meu professor, não na faculdade, nem na escola, mas foi o meu professor de superação de aulas de Matemática, quando eu fui para Portugal, em 97, aventurar, para estudar, porque o Governo na altura não quis que eu continuasse a estudar. Ele foi meu professor, um alto professor de Matemática.

Murmúrios.

Rapidamente, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Danilson Cotú que ele faltou com a verdade. Faltou com a verdade e, pela última vez, peço desculpas, a rubrica de encargos com viagens que eu estava a referir, Srs. Deputados, é exclusivamente do Governo. A rubrica onde entra os outros organismos tem a ver com a rubrica de subsídios de transferências correntes, que estão com o valor de 282.800. Nessa rubrica é que entra a transferência para a Região Autónoma do Príncipe, com a verba deles, também viajam, os organismos autónomos, a Assembleia e outros têm os seus orçamentos, também entra para as câmaras distritais.

Agora, Sr. Ministro, eu gostaria de pedir-lhe para perguntar ao atual Director do Orçamento, eu ou o Sr. Danilson Cotú, quem é que está a mentir. Pergunte, Sr. Ministro! Está aqui escrito, na TOFE, subsídios de transferências correntes. Este valor em que está encargos é só do Governo. Srs. Deputados, não vale a pena nós estarmos a tentar enganar o povo!

Rapidamente, ainda Sr. Deputado Danilson Cotú, eu vou fazer-lhe lembrar: STP *in* London...

Risos.

...trouxe 16 milhões para Marginal, trouxe o fundo do Kuwait...

Murmúrios.

... para reabilitar e apetrechar o Hospital Ayres de Menezes, Srs. Deputados. STP em Londres trouxe ainda primeiras negociações com o Fundo Europeu de Investimento. STP em Londres não deu em nada? Pelo amor de Deus, Srs. Deputados!

STP em Londres trouxe o fundo do Kuwait, que trouxe até prisão do cidadão Américo Ramos, por perseguição.

Murmúrios.

Vocês prenderam o cidadão desnecessariamente. Vocês não gostam de ouvir a verdade.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Qual é o problema, Sr. Presidente? Isso é ditadura! qual é o problema?

Murmúrios.

Uma voz: — Presidente, isso é especialidade? Tudo tem fases.

O Sr. **Presidente**: — Peço ao Sr. Líder Parlamentar do ADI que ponha ordem em casa, porque nós fizemos uma proposta e o Grupo Parlamentar do ADI concordou. Agora, se há dois líderes, tem que me indicar qual é que manda. Eu tenho que saber qual é o líder que manda no Grupo Parlamentar. Houve uma proposta e o líder concordou.

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI): — Deixe-me só responder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente citou aqui o Líder do Grupo Parlamentar, quero dizer-lhe que cada Deputado nesta Sala é responsável pelas suas palavras. O Líder não responde pelas declarações de cada deputado. É só isso que eu queria dizer, porque da forma como foi interpretado, «Sr. Líder, coloque ordem em casa» parece que o Líder tem que colocar palavra na boca de cada deputado. Não é isso!

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Isto é má interpretação, uma interpretação muito errada. O que estou a dizer e o que eu quis dizer é que houve uma proposta da Mesa e foi solicitada a cada Grupo Parlamentar qual é a sua reacção. E o Grupo Parlamentar concordou.

Já não há nenhuma interpelação à Mesa.

Portanto, Sr. Deputado Carlos Correia, convido-o a se sentar. Por acaso já foi ao seu lugar.

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Nós combinados, um deputado de cada Grupo Parlamentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Carvalho.

O Sr. **Arlindo Carvalho** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Nós temos, em potencial, cerca de 200 000 ouvintes, e é preciso que a gente mande para as nossas casas, para esses ouvintes, impressões que possam dar uma boa imagem de deputados duma nação. É com tristeza que eu assisto ao que se passa aqui na nossa Assembleia. Nós tratamos de cidadania e é preciso passarmos uma mensagem de educação aos nossos cidadãos, através do compromisso com a honestidade, com moral, com a verdade e, enquanto Deputados, é preciso aprendermos a mandar na nossa mente, não a mente mandar em nós. É uma experiência que temos que cultivar e eu gostaria que nós pudéssemos...

O Sr. **Paulo Jorge** (ADI): — *O senhor está a intensificar.* O importante é que haja discurso que abrande as coisas. Esta é a minha opinião.

O Sr. **Arlindo Carvalho** (PCD — PCD/MDFM-UDD): — Não estamos a intensificar!
Eu não estou a falar para um deputado especificamente, estou a falar para toda a Assembleia.

O Sr. **Paulo Jorge** (ADI): — Não estou a falar, porque o senhor está a falar comigo. Estou a apelar que tenha alguma intervenção que pacifique tudo!

O Sr. **Arlindo Carvalho** (PCD/MDFM-UDD): — Mas é isto que eu estou a dizer.

O Sr. **Paulo Jorge** (ADI): — É isso que eu queria.

O Sr. **Arlindo Carvalho** (PCD/MDFM-UDD): — A minha intervenção é no sentido de pacificação, e é no sentido de nós fazermos introspecção ao discurso que fazemos aqui na Assembleia, se ajuda a pacificar a nossa sociedade.

É uma questão que eu gostaria de deixar aqui para a reflexão dos Srs. Deputados.
Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Chegamos ao fim do debate, mas antes temos que respeitar o que vem plasmado no artigo 209.º do Regimento. Peço ao Sr. Secretário que faça a leitura dos números 2 e 3 deste artigo.

O Sr. **Secretário**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o artigo 209.º tem como epígrafe debate na generalidade. O ponto 2 diz: «O debate inicia-se e encerra-se com uma intervenção do Governo.»

Ponto 3: «Antes do encerramento do debate, cada grupo parlamentar tem o direito de produzir uma declaração sobre as propostas de lei.»

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, o número 2 do artigo 209.º prevê que o debate inicia-se e encerra-se com uma intervenção do Governo, mas antes dessa intervenção de encerramento, os Grupos Parlamentares têm o direito de produzir uma declaração sobre as propostas de lei.

Gostaria de perguntar se os grupos parlamentares querem usufruir deste direito.

Os 3 Grupos Parlamentares querem usufruir do direito estabelecido no Regimento, então, peço ao Líder da Coligação PCD/MDFM-UDD para fazer a sua intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria, neste momento, de endereçar, em primeiro lugar, uma palavra ao povo de São Tomé e Príncipe, razão pela qual estamos cá hoje. Quero dizer ao povo que, da análise que fizemos ao Orçamento e às GOP para o ano 2020, o Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD sente-se feliz pelas propostas que o Governo apresentou.

Gostaríamos de instar o Governo a tudo fazer, no sentido de materializar as propostas apresentadas nestes documentos, pois estando cientes da dificuldade por que passa a nossa população. É responsabilidade de todos os filhos desta terra cumprir com a missão de resolver essas dificuldades. Se não conseguir resolver de imediato, ao menos que lance a semente.

Por isso, a nossa Coligação quer, mais uma vez, reafirmar ao Governo todo o seu empenho, toda a sua dedicação, no sentido de trabalharmos em prol de dias melhores para todos os são-tomenses e todas as são-tomenses.

Por isso, vamos votar favoravelmente ao Orçamento e gostaríamos de desafiar a todos os actores políticos aqui presentes para que façam o mesmo.

Muito obrigado.

Aplausos do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Venho apenas para dizer que o MLSTP/PSD declara votar a favor, tanto da proposta das Grandes Opções do Plano como da proposta do Orçamento Geral do Estado para 2020: Portanto, o nosso voto é favorável a estes dois instrumentos de governação. Entretanto, fazemos isso, não por vermos nesses instrumentos todas ou as melhores virtudes, mas por vermos neles sinais claros de contributos para, um, melhoria da disciplina orçamental e, dois, para o crescimento económico.

Melhoria da disciplina financeira. Se a memória não me falha, já há vários anos que nos acostumamos à não aprovação do Orçamento no tempo certo. Felizmente, temos essa iniciativa que introduz uma grande dose de disciplina financeira, que permitirá ao Governo, em 2020, começar a trabalhar já com o seu Orçamento. Esperemos que nos próximos anos o processo continue da mesma forma.

Vemos também, pela argumentação apresentada, que o Orçamento tem vantagens quanto ao crescimento económico. O Ministro das Finanças disse-nos que se perspectiva um crescimento na ordem de 4%, se bem captei a mensagem que disse.

As opções políticas, para esse crescimento, orientam para a criação de serviços, porto e aeroporto, essencialmente, e estradas. Essa visão de criação de serviços é tradicional na nossa casa, MLSTP/PSD, desde 2008, que o então Presidente do MLSTP/PSD e Primeiro-Ministro, Rafael Branco, lançou a sua visão para São Tomé e Príncipe: criar serviços, através dessa nossa costa africana, com cerca de 300 milhões de habitantes, etc. etc., mas lá está, não sei o que se passou com a preparação desses projectos todos, o certo é que até hoje eles não arrancaram. O importante é sabermos como preparar convenientemente esses projectos, para podermos assegurar que eles possam prosseguir e ter conclusão. Temos várias experiências, de 2008 até aqui, são 11 anos, é bom que tiremos lições dessas experiências, para sabermos como caminhar com pés mais seguros daqui para frente, em matéria de preparação de projectos.

Agora, se me permitem, uma constatação que se pode fazer e uma recomendação para o futuro, é que se deve relativizar a importância da burocracia na confecção do Orçamento. Constatámos muito que as opções são feitas na Direcção das Finanças, quando as opções devem ser políticas, antes de tudo. Efectivamente, é preciso que os técnicos façam o seu trabalho técnico, que os políticos decidam, para que os técnicos trabalhem. Portanto, é esse o apelo que deve ser feito, que as opções para o crescimento económico sejam políticas e que os técnicos traduzam isto em termos cifrados e façam as suas propostas.

Outro elemento que achamos que deve ser tomado em consideração é a matéria do seguimento da execução do Orçamento. Parece-me que a Lei da Disciplina Financeira impõe um relatório de execução trimestral. Não se tem observado isto. Muitos problemas com que estamos aqui a esbater agora, deveriam ter sido esbatidos há 3, 6, 9 meses, e não estaríamos aqui a discutir muitas questões. Portanto, quando não se prepara bem o que está atrás, projecta-se os problemas para o futuro, e só vão retardar e criar-nos outros problemas.

Eu também fiquei agradavelmente satisfeito com a posição do Sr. Primeiro-Ministro, que se referiu a uma orientação para o crescimento, baseado na economia real. Certo que a criação de serviços, portos e aeroportos, são favoráveis para o turismo e são elementos muito favoráveis para aquilo que são hoje a razão, a força maior da riqueza das nações, o comércio externo. Mas para ter um comércio externo florescente é preciso ter a produção interna, porque se não, particularmente, o porto servirá para a importação e não servirá de grande coisa para exportação. Portanto, para conciliar as coisas efectivamente, é preciso que se olhe para a economia interna, para a realidade interna, e que se comece a trabalhar afincadamente com os dados certos, para alavancar, como diz o nosso Deputado Felisberto Afonso, sectores tão importantes como a agricultura, o turismo ou ainda as pescas. Dizem que temos muito atum por aí e não temos um atunheiro, e parece-me que o atum tem preço de ouro lá para os lados da Ásia. Não sabemos aproveitar essas circunstâncias, os outros é que vêm tirar partido dessas nossas realidades.

Há dias, alguém me dizia uma coisa: fizemos construir aqui o Hotel Pestana, 25 milhões. Depois disto, já não se construiu mais nada. Se se construísse um Pestana por ano, o turismo estaria efectivamente alavancado, e com justificação para crescer.

São apenas essas considerações finais que eu gostaria de fazer e desejar felicidades e muito bom desempenho ao Sr. Primeiro-Ministro e ao seu elenco, no exercício das funções para a satisfação plena dos interesses gerais.

Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Deputados.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI): — Sr. Presidente, a declaração vai ser feita pela Sra. Deputada Celmira Sacramento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Celmira.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Presidente, vou passar a apresentar a declaração política do Grupo Parlamentar do ADI, relativo ao OGE e às GOP para o Ano Económico de 2020.

«O dia de hoje pode não parecer histórico para muitos, pode não ter simbolismo ou significado nenhum para muitos, mas tem certamente para o XVII Governo, que completa hoje 1 ano e 3 dias, e apresenta aqui o seu segundo Orçamento.

O Governo, que através do seu improviso, sempre que levanta da cama, faz o dia de cada um de nós são-tomenses um dia histórico.

Quem não se lembra de repetidas vezes, Sr. Jorge Bom Jesus, antes de ser Primeiro-Ministro, dizer ao Presidente da República e aos meios de comunicação que a nova maioria, por ele liderada, estava pronta e preparada para governar?

Quem não se lembra, de vezes sucessivas e de forma insistente, de todos que suportam a nova maioria dizer que o País estava muito mal e que a luta deles era para mudar o estado de coisas, libertar São Tomé e Príncipe, que morriam por São Tomé e Príncipe, e usaram o megafone para incentivar o incêndio de uma viatura do Estado?

Quem não se lembra também de vezes sucessivas virem dizer que não estão a conseguir cumprir promessas, porque encontraram o País pior do que pensavam? Se assim é, querem dizer que são incapazes ou querem dizer que a luta não era para resolver o problema do povo são-tomense, mas sim para resolver o problema deles?

Quem não se lembra da histórica crise de combustível, como há muito não se via?

Quem não se lembra das perseguições aos adversários políticos ou a quem seja potencial ameaça, sob o pretexto de combate à corrupção ou de perturbação à ordem pública, fazendo lembrar os tempos passados que muito recentemente foram recordados por um antigo Chefe de Estado? Aliás, passado esse que era suposto apenas se conhecer para entender o presente, mas que, entretanto, muitos do actual Governo e da nova maioria se apaixonaram pelo mesmo e trouxeram-no para o presente, com os mesmos *modus operandi*, onde a única coisa que muda é a variável tempo?» ...

O Sr. **Maiquel dos Santos** (MLSTP/PSD): — Quando não se escreve uma coisa, é mesmo assim.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — ... «Quem se lembra de, alguma vez na história desse País, haver tantos adversários políticos sobre o TIR e proibidos de viajar quando chegam ao aeroporto, sabendo que o TIR não impede ninguém de viajar? E vem o Sr. Primeiro-Ministro dizer que hoje o País está mais livre!? O senhor tem presente alguém da nova maioria, enquanto nos 4 anos que esteve, sob investigação, ou alguma suspeita por ter sido impedido de viajar? ...

Murmúrios do MLSTP/PSD.

... O senhor tem memória de existir tantos adversários políticos de um governo sob o TIR e, quando tentam viajar, são impedidos, por ordens superiores feitas à pressa?

Uma voz: — Vamos ouvir!

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — «Quem não se lembra de, no dia 3 de Outubro de 2019, ter sido anunciado, numa conferência conjunta entre o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças, a assinatura, pela primeira vez, de um acordo com FMI, fazendo do mesmo um acordo histórico que jamais o País conhecera?

Quem não se lembra, no dia da entrega deste Orçamento, que foi discutido, a certeza dada pelo Ministro das Finanças, que pela primeira vez, um Orçamento Geral do Estado iria ser financiado em 52.4% com receitas internas, sendo que desta vez o Ministro escusou-se em usar a palavra «histórico», para não parecer repetitivo e para passar a ideia de que este Governo não tem capacidade sequer para encontrar um sinónimo para esta palavra, que estará indelevelmente ligada ao XVII Governo?

Eu me lembro, tu te lembras, nós no lembramos, porque é um passado muito recente...

Murmúrios.

...um passado que só tem um 1 e 3 dias, pelo que não é tempo suficiente para o Governo baixar o passe escolar, o acesso aos serviços de saúde, o preço dos medicamentos, o preço do passaporte, baixar os impostos, que estão muito altos, baixar as propinas escolares, baixar as propinas escolares, baixar a factura de água e energia, baixar tudo o que veio à cabeça do actual Primeiro-Ministro, durante a campanha eleitoral. E tudo o que aqui foi citado não tem custos nenhuns de implementação, só requer vontade política e seriedade no cumprimento das promessas.

Entretanto, nesses históricos dias de governação do XVII, parece-nos que a palavra aumentar deixou de ser antónimo da palavra baixar, para passar a ser o seu sinónimo. Esta é a única explicação lógica que encontramos, para entender a sua governação, Sr. Primeiro-Ministro. Queremos entendê-lo, para compreendê-lo.

A única coisa que o senhor baixou foi precisamente o que precisamente nunca tinha prometido durante a sua campanha eleitoral: o imposto sobre o álcool, que o XVI Governo tinha aumentado. Baixou certamente porque é o seu entendimento que, com a redução deste imposto, o senhor iria aumentar o poder de compra

da sua população, relativamente a um bem que faz mal à saúde, se consumido em excesso. Tanto que é a sua intenção o aumento do consumo, uma vez que o mesmo estará reflectido na melhoria das suas contas fiscais, tendo em conta que o senhor projecta, até o final do ano, um aumento das receitas derivadas do imposto sobre o consumo do álcool, mesmo tendo baixado este imposto.

Mas como no meio da sua governação, baixar passou a ser sinónimo de aumentar, o senhor voltou, em menos de 1 ano de governação, a aumentar os impostos que tinha baixado e para aumentar a uma taxa superior. Mas o maior aumento que se verificou nestes últimos meses nem sequer são as suas mentiras, mas sim a sua capacidade pedagógica, enquanto alguém que é professor, de conseguir fazer vários alunos na área de Direito sair de uma nota medíocre para um muito bom. Tendo conseguido tal efeito, não se poderia esperar outra coisa se não premiar estes alunos com o regresso às suas funções de chefia nos órgãos judiciais de maior relevo, no garante do Estado de Direito Democrático, como é o caso do Tribunal Constitucional e Supremo Tribunal de Justiça.

Murmúrios.

Uma vez lá, estes juízes, tendo reconhecido as capacidades do seu professor e, em jeito de agradecimento, decidiram que ser o braço direito do Primeiro-Ministro no combate à corrupção não seria suficiente, pelo que decidiram encarnar o próprio corpo da Sua Excelência Primeiro-Ministro na luta aceradíssima contra a corrupção jamais vista em toda história de São Tomé e Príncipe. E o resultado é o que está à vista. Estes alunos, denominados de juízes, estão a honrar o seu professor, Jorge Bom Jesus, com uma justiça jamais vista. Melhor não há memória, pelo que certamente ele fará parte da tese de doutoramento de muitos doutorandos em Direito como um estado de caso de sucesso.

No contexto social, o caso mais mediático foi o de Pastor Ludmilo Veloso»...

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Oh!

Murmúrios.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): —... «pelo que antes de entrar nos meandros, deixem-nos, uma vez mais...

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada, a declaração política é sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, um. Dois, para uma declaração política são 10 minutos.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Não tem limite.

O Sr. **Presidente**: — Não tem limite? Então faça 3 horas. Não! Onde é que se viu isso?

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — O Sr. Presidente tem três Secretários, leiam o encerramento do debate!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado pediu a palavra?

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Desculpe, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Pode continuar, Sra. Deputada. São 10 minutos, faltam 3.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Retomando, «No contexto social, o caso mais mediático foi o do Pastor Ludmilo Veloso, pelo que, antes de entrar nos meandros, deixem-nos, uma vez mais, prestar toda a solidariedade à família do adolescente que perdeu a vida. E é com esse sentido de solidariedade à família que vimos questionar o Sr. Primeiro-Ministro sobre qual é a conclusão do inquérito que mandou instaurar para apurar as responsabilidades.

Relativamente ao Pastor, queremos saber por que é que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) diz que ela é que apresentou a queixa e a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros diz que foram os colegas do Pastor. Quem estará a mentir?

O Governo, na pessoa do Sr. Ministro da Presidência, diz que o Pastor» ...

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Não tem mesmo como continuar, conclua, faz favor!

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Presidente, vou tentar encurtar a apresentação da declaração política do meu Grupo Parlamentar, vou ultrapassar algumas questões, mas outras têm que ser lidas.

Murmúrios do ADI.

Vou terminar já, Sr. Presidente.

Por outro lado, enquanto este Governo se gaba de pagar salário sem recorrer a crédito, o FMI diz ainda no *aide-mémoire*, de 14 de Novembro, que, apesar do pagamento de algumas facturas, a EMAE acumulou 11.2 milhões de dólares de nova dívida para com a ENCO nos primeiros 10 meses do corrente ano, e foi obrigada a recorrer a fornecedores de combustíveis mais caros.

Sabe o que isso significa, Sr. Primeiro-Ministro? Significa que o diferencial de preços subsidiados vai aumentar, ou então que o senhor irá aumentar outra vez mais os preços dos combustíveis, se não quiser que estas dívidas aumentem ainda mais. Mas o FMI ainda diz que o *stock* de atrasados interno, particularmente para com a EMAE e a CST, foi substancialmente mais elevado do que no final do ano 2018.

Quando se analisa estas informações e ouvimos o Sr. Ministro das Finanças dizer, no dia 3 de Dezembro deste ano, que o Governo só recebeu donativos, deixe-me dizê-lo, Sr. Ministro, caso não saiba, que há dívidas implícitas e explícitas. A acumulação de atrasados é uma dívida implícita.

Por tudo isto, vamos votar em abstenção, porque todos os projectos que estão neste Orçamento, com financiamentos garantidos, são engagements do Governo do ADI, pelo que,...

Murmúrios do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

... este País até agora continua a andar sobre o caris do ADI. Ainda não vimos quais é que são os efeitos deste Governo.

Cortando tudo, Sr. Presidente, muito obrigada.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Deputada Beatriz Azevedo está a pedir palavra, poderíamos até abrir uma excepção, mas não é possível, porque já no fim não poderá ser.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Não há regra sem excepção.

Ruídos.

O Sr. **Presidente**: — Poderia até abrir uma excepção, se fosse no início, porque depois de terem falado os grupos parlamentares maioritários, já não lhe posso dar a palavra. A Sra. Deputada poderá usar da palavra depois de votar.

Tem palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria em primeiro lugar agradecer São Tomé e Príncipe, agradecer aqui os representantes do povo de São Tomé e Príncipe e dizer o quanto me sinto honrado e privilegiado em estar aqui hoje, volvidos mais de 12 meses depois dos vaticínios praticamente apocalípticos.

A política tem ética que a ética não conhece, infelizmente nalguns casos, mas quando vejo estas bancadas de 55 Deputados, estou a ver São Tomé e Príncipe e estou a ver o S, o T, e o P, todas as interpretações e todas as narrativas que quisermos desenvolver à volta disso. De facto estou a ver um povo, uma nação e sobretudo estou a ver actores políticos que estão a trabalhar no sentido de deixarmos algum legado para as novas gerações. É um espaço pedagógico, como foi aqui dito, devemos deixar lições para o futuro, eu estou do lado da unidade.

Dois dias de debate sobre o OGE de 2020, para lançar as bases de um novo São Tomé Príncipe capaz de renascer das cinzas. O OGE de 2020 é sim um OGE de esperança, estamos a lançar os pilares da modernização para virarmos de página. Volto a repetir, estamos a falar do desenvolvimento do nosso país, São Tomé e Príncipe.

Queremos resolver os problemas que normalmente apelido de cabelos brancos, problemas avôs, que precisamos resolver de uma vez por todas: a pobreza, o desemprego, o saneamento básico, os problemas da saúde, de habitação, de energia, essa energia, entre outros males que são sociais, económicos e financeiros e que continuam a enfermar o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. São Tomé e Príncipe não pode continuar a ser *clincatá*, não pode continuar a caminhar no fim, atrás dos outros, e muitos aqui sabem, sobretudo quando vemos países que começaram ao mesmo tempo que nós ou depois.

A futura geração tem os olhos postos em cada um de nós, e de certeza seremos todos julgados pelo bem ou mal que fazemos. A história se encarregará de cada um de nós.

Não basta inscrever projectos e cumprirmos a rotina regimental da aprovação dos OGE. Quantas vezes já fizemos esse exercício? Qual é o resultado, volvidos todos esses anos?

O outro diria num dos livros, acuso, portanto, «estamos todos na barra dos tribunais da história».

Neste momento, estamos a participar na conceção do OGE, precisamos de continuar, estou a dizer precisamos todos de acompanhá-lo na monitorização da sua execução, para que depois haja uma melhor avaliação e sobretudo cultura de resultado e prestação de contas. Precisamos de mobilizar recursos e aqui

estou a falar do Estado são-Tomense. Portanto, o Governo vai naturalmente fazer a sua parte, trata-se de uma tarefa ingente, deve ser inclusiva, solidária, cada um pode fazer a sua parte, o seu lóbi e o seu exercício de magistratura, e aqui estou a falar da Assembleia Nacional, da Presidência da República, dos Tribunais, mas também estou a falar de cada actor político, social, cultural, empresarial, ONG e cada cidadão em particular.

É indigno, muitas vezes, aquilo que já aconteceu no passado, de são-tomenses desmobilizarem a mobilização de recursos. É muito sadomasoquismo.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Neste primeiro ano, o Governo começou a gatinhar, começou a caminhar, marcou passos, mas andou, contrariamente a muitos vaticínios, com dificuldades normais de percursos.

Em 2020, já o disse, através de projectos estruturantes, de certeza lançamos as bases de um desenvolvimento durável e sustentado.

Esperamos estar aqui em Dezembro de 2020, de novo, para servir São Tomé e Príncipe, e não nos servirmos do País e dos esforços de todo um povo.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Obrigado povo de São Tomé e Príncipe, por esta oportunidade histórica. Novo ano normalmente significa nova vida. Feliz quadra festiva de 21 de Dezembro, dia histórico, do Natal e próspero Ano Novo para todos. Bem-haja!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Com a declaração do Sr. Primeiro-Ministro, damos por encerrado o debate. De seguida, peço ao Sr. Secretário para fazer a leitura do artigo 210.º do Regimento.

O **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, o artigo 210.º do Regimento, votação na generalidade, diz: «No termo do debate, são votadas na generalidade, sucessivamente, as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado.»

O Sr. **Presidente**: — Cumprindo o Regimento, vamos submeter as propostas à votação, por ordem de prioridade, a proposta de lei das GOP apresentada pelo Governo.

Vamos votar na generalidade.

Submetida à votação, foi aprovada com 30 votos a favor, sendo 23 do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, 2 do MCI, e 22 abstenções do ADI.

Passemos de imediato à proposta de lei do OGE.

Submetida à votação, foi aprovada com 30 votos a favor, sendo 23 do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, 2 do MCI, e 22 abstenções do ADI.

Fica a Comissão encarregue pelos assuntos económicos e financeiros da Assembleia Nacional de fazer uma agenda de discussão, uma programação, e reunir o grupo, apresentando naturalmente a agenda ao Ministro dos Assuntos Parlamentares, para discutir o Orçamento, na especialidade. Tem no máximo 10 dias para concluir este trabalho.

A discussão final global está prevista para o dia 23 de Dezembro.

Quero agradecer a todos, felicitar o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental, por esta árdua tarefa que teve neste 2 dias e agradecer os Deputados também pela contribuição e colaboração que deram neste processo.

Está encerrada a sessão.

Eram 15 horas.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Hamilton de Jesus F. **Lavres**

José da Graça **Diogo**

Levy do Espírito Santo **Nazaré**